

EDMILSON RICARDO

**FUNDOS DE PENSÃO
REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NAS ENTIDADES FECHADAS
DE PREVIDENCIA PRIVADA NO BRASIL**

Monografia apresentada ao
Departamento de Contabilidade, do
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
da Universidade Federal do Paraná,
como requisito para a obtenção do
título de especialista no Curso de Pós-
Graduação em Curitiba-2008.

Prof: Orientador: Vicente Pacheco

CURITIBA

2008

RESUMO

RICARDO, EDMILSON. fundos de pensão regime de previdência complementar nas entidades fechadas de previdência privada no Brasil: estudo sobre os fundos de pensão, previdência privada fechada, um apanhado geral destacando os pontos principais e dando uma visão sobre como é o setor previdenciário. Monografia (Especialização em Contabilidade e Finanças) Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba, 2008.

Esta pesquisa explora o mercado dos Fundos de Pensão, a Previdência Privada Fechada, com o objetivo de uma análise dinâmica e tradicional, aplicada nos relatórios econômico-financeiros das entidades nos últimos cinco anos. As amostras da pesquisa, compreende os fundos de pensão num todo, não foi usado nenhum fundo exclusivamente para que se possa ter mais abertura nas diversas áreas do referido assunto. Os dados foram coletados em site especializados, revistas - Fundos de Pensão, livros específicos de diversos autores, jornais e publicações que tenha envolvimento com Previdência Privada no Brasil. Conforme a pesquisa foi se desenvolvendo, verificou-se que os fundos de previdência privada são uma boa opção para todos aqueles que aderem ao plano. Por todas as pesquisas realizadas e fatos constatados nos livros pesquisados, fica bem explícito a necessidade de uma adesão nos fundos por parte dos funcionários daquelas empresas que possuem esse sistema. No futuro, próximo à aposentadoria é que aqueles participantes dos planos de benefícios irão se certificar dos benefícios que a adesão deles ao plano foi excelente, pois terão uma complementação na aposentadoria e ainda usufruirão dos benefícios médicos tanto para si como para seus dependentes, sem contar que caso venha a falecer, deixará uma pensão para sua esposa ou para seu marido ou filhos dependentes.

Palavras-chave:

Previdência; Pensão; Fundos; Benefício; Aposentadoria;

SUMÁRIO:

1. INTRODUÇÃO.....	6
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	10
1.2 OBJETIVO GERAL:.....	10
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:.....	10
2. LEI 6.435/77.....	11
2.1 Entidades Abertas:.....	14
2.2 Entidades Fechadas:.....	15
3. SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	20
3.1 LEI COMPLEMENTAR Nº 109.....	20
3.2. DECRETO Nº 81.240.....	23
3.3. RESOLUÇÃO CGPC Nº 05 DE JANEIRO DE 2002.....	26
3.4. INSTRUÇÃO NORMATIVA SPC Nº 05.....	50
3.5. MODALIDADES DE PLANOS.....	50
3.6. REGULAMENTAÇÃO FISCAL.....	54
4. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:.....	55
4.1 PLANO DE CONTAS PADRÃO - SPC.....	56
4.2 CONVENÇÃO DO MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS.....	59
4.3. PORTABILIDADE.....	59
4.4. RESGATE DE POUPANÇA.....	61
4.5. CONSELHO DELIBERATIVO.....	61
4.6. CONSELHO FISCAL.....	62
4.7. DIRETORIA EXECUTIVA.....	63
4.8. REGIME DE TRIBUTAÇÃO.....	64
4.9. SEGMENTOS DE RENDA FIXA.....	68
4.10. SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL.....	69
4.11. SEGMENTO DE IMÓVEIS.....	70
5. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	70
5.1. O PAPEL DO ATUÁRIO.....	71
5.2. CUSTEIO ADMINISTRATIVO.....	72
5.3. MARCOS LEGAIS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	73
6. CONCLUSÃO:.....	76
7. BIBLIOGRAFIA.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada

BD - Benefício Definido

CD - Contribuição Definida

EAPP - Entidade Aberta de Previdência Privada

EFPP - Entidade Fechada de Previdência Privada

EPPP - Entidade Pública de Previdência Privada

IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência Social

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social

PIB - Produto Interno Bruto

SPC - Secretaria da Previdência Social

SUSEP - Superintendência de Seguro Privado

SPC - Órgão fiscalizador dos Fundos de Pensão no Brasil

CVM - Estabelece e dispõe ações junto aos fundos de pensão

CGPC - Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC: órgão responsável pela regulação das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, funcionando ainda como órgão recursal, responsável pela apreciação de recursos interpostos contra decisões da SPC, versando sobre penalidades administrativas

1.INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o objeto de analisar os benefícios concedidos pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, bem como verificar se o mesmo têm atendido sua função primordial. O Sistema da previdência complementar têm sido vista por diversos autores como a saída para os diversos problemas enfrentados pela previdência social. Em alguns países eles têm adotado, inclusive, a previdência privada como sistema único de previdência, porém com o passar do tempo têm sido possível notar que esta também não é uma grande solução. Como o próprio nome diz, a previdência é complementar. O caráter complementar do sistema pode apresentar pelo menos três sentidos distintos, como podemos destacar da tese de doutorado da Prof. Eliane R. Costa.

Os conceitos e os conteúdos integrantes dos seguros sociais e complementares nos distintos países não são uniformes. A investigação dos seguros complementares indicam que nem todos são voluntários, mas obrigatórios, e o regime financeiro fundado na repartição (França), ou mesmo em um regime de pensões opera, para o caso de cotizações definidas, não uma pensão vitalícia, mas uma soma global (EUA), ou, ainda, que há regimes profissionais obrigatórios sob o regime de apitalização (Finlândia e Suíça). Dessa forma, regimes de seguro de pensões podem caracterizar – se como regimes de poupança. O termo “ complementar” pode significar gestão do setor privado, mas pode apresentar – se como obrigatoriedade para a comunidade assalariada por ramo profissional ou por empresa. Em geral, o regime complementar integra o sistema nacional de seguridade social, assegurando prestações suplementares às oferecidas pelo regime geral de seguridade social. COSTA, Eliane Romeiro. Previdência Complementar na Seguridade Social: o risco velhice e a idade para a aposentadoria. São Paulo: Ltr,2003, p.74 -75.

Este estudo visa mostrar o contexto social, econômico, político e também, o jurídico em que tais benefícios complementares estão inseridos. E tem como objetivo primordial verificar se é viável este regime, visando garantir a proteção e o bem estar das categorias sócio - profissionais e até mesmo individual do cidadão. Vamos fazer um estudo, uma análise do contexto histórico em que a previdência complementar fechada surgiu e assim analisaremos as legislações que regulamentaram o sistema em 1977, traçando um paralelo com a Legislação Básica da Previdência Complementar de 2001. Vamos falar sobre os institutos previstos no art.14 da Lei complementar 109 de 2001. Assim sendo, vamos descrever que as fundações surgiram no Brasil porque houve uma dificuldade dos estados em prover uma aposentadoria segura para manter uma vida mais ou menos semelhante ao momento em que estavam na ativa. Então, desenvolveram-se novos instrumentos

de proteção de natureza previdenciária. Com isso o governo promulgou a Lei nº 6.435 de 15 de julho de 1.977, regulamentada pelo decreto nº 81.240 de 20 de janeiro de 1.978. Esse decreto diz que as Entidades de Previdência Privada tem por objeto instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, benefícios complementares e outros semelhantes ao da previdência social, isso com a contribuição de seus colaboradores ou participantes dos respectivos empregados, funcionários das empresas.

Segundo Póvoas (1990, p.18), não se pode dizer que possuam a mesma natureza do atual movimento previdenciário privado. O referido autor explica:

“ O que tinham em comum era a liberdade e o fato de terem nascido da iniciativa privada; no fim específico eram diferentes, na medida em que os primeiros fundos de pensão nasceram para desempenhar o papel que agora cabe à previdência social, enquanto que os esquemas supletivos previdenciários nasceram para complementar ou suplementar os esquemas da previdência social.”

Já para Afonso (1996, p 41), no Brasil, o marco inicial da previdência privada ocorre em 16 de abril de 1904, com a fundação da Caixa Montepio dos funcionários do Banco do Brasil, precursora da atual Caixa de Previdência dos funcionários do Banco do Brasil - PREVI.

Essa Lei 6.435/77 também atendia as entidades abertas, a diferença é que as entidades fechadas precisavam das contribuições mensais dos funcionários da empresa ou dirigentes, enquanto que nas empresas abertas, as pessoas procuravam bancos para aderir ao plano. Essa legislação separou as empresas patrocinadoras da gestão dos fundos previdenciários e dirigiu as aplicações dos recursos em algumas opções de mercado financeiro e criou instituições destinadas à fiscalizar e controlar o sistema previdenciário.

Por volta da década de 70 as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) se expandiram, também conhecidas como fundos de pensão, nos órgãos estatais, como a Petrobrás, Vale do Rio Doce, Embratel, Rede Ferroviária Federal, Telebrás, Serpro, BNDE dentre outras. Atualmente, os fundos de pensão vem sofrendo mudanças significativas por causa das privatizações onde transferiu para a iniciativa privada alguns dos principais fundos de pensão do país, como o da SISTEL (do sistema Telebrás), Fundação TELOS (da Embratel), Fundação CESP (Concessionária de energia do estado de São Paulo etc.

Nesse ramo de previdência privada é crescente a migração dos planos do tipo Benefício Definido (BD) para o tipo Contribuição Definida (CD). Uma pesquisa realizada pela Tillinghast-Towers Perrin, Intitulada Benefícios no Brasil: 2001-2002, em 1993, das 222 empresas consultadas, 57% dos planos de previdência privada eram do tipo BD e 43% do tipo CD ou misto e, em 2001, somente 20% dos planos eram do tipo BD, sendo 80% representados por planos CD e planos Mistos (Fundamentos da Previdência Complementar, p. 15).

Os dez maiores fundos de pensão do Brasil (Agosto de 2008) Fundos de Pensão

Posição	Fundos de Pensão	Investimentos	Participantes	Dependentes	Assistidos
1	Previ	143.401.540	85.388	244.937	83.334
2	Petros	41.689.319	63.654	201.230	54.959
3	Funcef	33.960.237	64.357	185.691	28.305
4	Fundação Cesp	15.643.844	17.414	79.371	31.316
5	Valia	10.683.792	50.717	175.771	20.923
6	Itaubanco	9.665.511	30.263	6.160	5.694
7	Sistel	9.603.035	2.140	45.624	25.571
8	Centrus	9.481.218	120	1.730	1.685
9	Banesprev	8.866.711	7.636	34.252	21.751
10	Forluz	7.072.178	10.843	45.537	11.998

Descrição da Nomenclatura dos Fundos;

Previ	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
Petros	Fundação Petrobrás de Seguridade Social
Funcef	Fundação dos Economiários Federais
Fundação Cesp	Fundação dos Eletricitários de São Paulo
Valia	Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia
Itaubanco	Fundação dos Empregados do Banco Itaú
Sistel	Fundação Sistel de Seguridade Social
Centrus	Fundação Banco Central de Previdência Privada
Banesprev	Fundo Banespa de Seguridade Social
Forluz	Fundação Forluminas de Seguridade Social

Atualmente existem 236 fundos de pensão fechadas, a última delas é a Vulcaprev com 1.438 participantes ativos e com 3.309 dependentes e 71 assistidos (aposentados).

Planilha da evolução do número de EFPC do setor Público e do setor Privado de 1978 a 2003

Ano	Setor Público		Setor Privado		Total
	Número	Percentual	Número	Percentual	
1978	4	100%	0	0%	4
1979	48	72%	19	28%	67
1980	66	67%	33	33%	99
1981	77	65%	41	35%	118
1982	84	65%	45	35%	129
1983	86	63%	51	37%	137
1984	89	62%	55	38%	144
1985	93	58%	66	42%	159
1986	97	56%	75	44%	172
1987	106	57%	80	43%	186
1988	112	52%	105	48%	217
1989	113	48%	122	52%	235
1990	114	47%	130	53%	244
1991	113	44%	143	56%	256
1992	110	41%	156	59%	266
1993	110	37%	187	63%	297
1994	ND	ND	ND	ND	ND
1995	ND	ND	ND	ND	ND
1996	ND	ND	ND	ND	ND
1997	101	30%	238	70%	339
1998	95	27%	257	73%	352
1999	96	27%	265	73%	361
2000	87	24%	273	76%	360
2001	87	24%	272	76%	359

2002	87	24%	277	76%	364
Jul/03	84	23%	279	77%	363

Fonte: Elaborado a partir de Afonso (1996), informe estatístico MPS, dez.2002 e jul.2003

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

As análises econômico-financeira, dinâmica e tradicional fornecem um conjunto de informações e indicadores, métodos que por meio deles podemos levantar a situação econômico-financeira da entidade em um determinado período. O desempenho dos fundos de pensão, mesmo sem fins lucrativos, precisam ser bem medido, estruturado, saber onde, como, quando e porque aplicar seus recursos para ter um retorno positivo.

1.2 OBJETIVO GERAL:

Mostrar um pouco da realidade dos fundos de pensão, da previdência privada fechada no Brasil e como são importantes para todos os cidadãos na época em que forem usufruir da sua aposentadoria. Mostrar de maneira sucinta alguns dos procedimentos adotados pelas fundações para garantir um futuro melhor aos seus ex-empregados.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a. Regime de Previdência Complementar das Entidades Fechadas de Previdência Privada no Brasil, com suas normas, regulamentos, órgãos fiscalizadores e uma amostragem geral sobre as fundações.
- b. Demonstrar as práticas contábeis usadas nas Entidades Fechadas de Previdência Privada
- c. Mostrar como uma empresa de Fundos de Pensão pode ajudar uma pessoa no futuro após ter concluído suas atividades como funcionário da empresa e estiverem prestes a se aposentar.

2. LEI 6.435/77

A partir da década de 1960 houve um grande crescimento a respeito das entidades de previdência complementar, o que tornou urgentíssimo a instituição de legislações específicas sobre essas atividades. Durante o decorrer dos anos, as próprias entidades lutaram unindo seus esforços para que essas legislações fossem aprovadas o mais rápido o possível. Aconteceram dois simpósios nacionais, o primeiro em São Paulo, na data de 1974, e o segundo na capital do Rio de Janeiro, em 1976, sob a égide da ANAPP, conseguindo assim colocar no mesmo caminho os esforços do setor privado e as providências governamentais para a formulação do Código da Previdência Privada. Surgiu assim, a **Lei 6435/77**, com base no anteprojeto do Executivo recebendo substancial contribuição do Congresso Nacional, aprovando substitutivo que recebeu sanção presidencial em 15 de julho de 1977, sendo posteriormente Essa Lei 6.435/77 dispõe sobre as entidades de previdência privada, e foi através dela, que se instituiu os planos de previdência privada, de concessão de pecúlios ou rendas, benefícios complementares e assemelhados aos da Previdência Social, isto tudo através de contribuições de participantes, dos empregadores ou de ambos. Participante é considerado aquele que é associado, segurado ou beneficiário dos planos a que ele se refere. Para que essa Lei 6.435/77 vigore, entre em ação a favor das entidades, é necessária uma autorização do governo federal.

Através da proteção ou fiscalização do governo, é que os participantes possuem uma maior segurança sobre a contribuição feita para os fundos de pensão. O governo federal coordena as atividades reguladas dos planos, com as políticas de desenvolvimento social e econômico financeira do governo. As entidades se classificam em: Abertas e fechadas.

No Art. 1º dessa lei, as entidades de previdência privada, para os efeitos da presente Lei, são as que têm por objeto instituir planos privados e de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social, mediante contribuição de seus participantes, dos respectivos empregadores ou de ambos. No parágrafo único, diz o seguinte: Para os efeitos desta Lei, considera-se participante o associado, segurado ou beneficiário incluído nos planos a que se refere este artigo.

O art. 4º relata sobre os efeitos da presente Lei, as entidades de previdência privada são classificadas: 1 - De acordo com a relação entre a entidade e os participantes dos planos de benefícios, em: a) fechadas, quando acessíveis exclusivamente aos empregados de uma só empresa ou de um grupo de empresas, as quais, para os efeitos desta Lei, serão denominadas patrocinadoras; b) abertas, as demais. 2 - De acordo com seus objetivos, em: a) entidades de fins lucrativos; b) entidades sem fins lucrativos. § 1º As entidades fechadas não poderão ter fins lucrativos. § 2º Para os efeitos desta Lei, são equiparáveis aos empregados de empresas patrocinadoras os seus gerentes, os diretores e conselheiros ocupantes de cargos eletivos, bem como os empregados e respectivos dirigentes de fundações ou outras entidades de natureza autônoma, organizadas pelas patrocinadoras. § 3º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos diretores e conselheiros das empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações vinculadas à Administração Pública. § 4º Às empresas equiparam-se entidades sem fins lucrativos, assistenciais, educacionais ou religiosas, podendo os planos destas entidades, incluir os seus empregados e os religiosos que as servem.

Art. 5º As entidades de previdência privada serão organizadas como: I - sociedades anônimas, quando tiverem fins lucrativos; II - sociedades civis ou fundações, quando sem fins lucrativos.

O art. 6º não se considerará atividade de previdência privada, sujeita às disposições desta Lei, a simples instituição, no âmbito limitado de uma empresa, de uma fundação ou de outra entidade de natureza autônoma, de pecúlio por morte, de pequeno valor, desde que administrado exclusivamente sob a forma de rateio entre os participantes.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se de pequeno valor o pecúlio que, para cobertura da mesma pessoa, não exceda o equivalente ao valor nominal atualizado de 300 (trezentas) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN.

Vejamos os principais objetivos da Lei 6.435/77:

- a) disciplinar a expansão dos planos de benefícios, propiciando condições para sua integração no processo econômico – social do País;
- b) determinar padrões mínimos adequados à segurança econômico – financeira do sistema;

- c) proteger os interesses dos participantes dos planos de benefícios;
- d) coordenar as atividades da Previdência Privada com as políticas de desenvolvimento social e econômico – financeira do Governo Federal. As principais disposições da Lei 6.435/77 que caracterizam a sua abrangência são:
1. Ao institucionalizar a Previdência Privada, a lei estabelece a competência dos órgãos governamentais com funções normativas e fiscais para as operações das entidades integrantes do sistema.
 2. Pela necessidade de serem tratados distintamente os aspectos relacionados com a captação de recursos do público em geral, daqueles vinculados às entidades que operam no âmbito restrito de uma empresa ou grupo de empresas, estabeleceu a dicotomia da Previdência Privada em dois segmentos distintos: o fechado e o aberto.
 3. Reconhecendo que as entidades fechadas, em que a vinculação do participante com o empregador estabelece um relacionamento direto com os proventos do trabalho, cuja integridade se intenta garantir na inatividade, ou pelo óbito, determina que tais entidades só possam organizar – se na forma sociedades civis ou fundações, sem fins lucrativos.
 4. Vendo no sistema de Previdência Privada, um forte mecanismo de poupança, procura utilizá-lo como instrumento de política econômico – financeira, caracterizando as entidades como investidores ao direcionar aplicações de suas reservas segundo normas oficiais.
 5. Em relação ao âmbito da Previdência Privada, limita suas operações a apenas benefícios pecuniários em base atuariais. Outros programas assistenciais e culturais podem operados apenas em caráter excepcional, com custeio próprio e desde que não descaracterizem o objetivo principal da entidade.
 6. Fiel ao objetivo, que é a manutenção da capacidade econômica do participante como provedor da família, a Previdência Privada impõe o reajustamento periódico do valor dos benefícios e, conseqüentemente, do custeio.
 7. Visando à identificação de possíveis distorções e à sua superação, como forma de sanidade do sistema e proteção dos participantes, impõe rígidas normas de fiscalização, paralelamente à implantação do regime repressivo

2.1 Entidades Abertas:

Elas se integram no Sistema Nacional de seguros privados. Essas são regulamentadas pela Lei. 4.595 de 3 de dezembro de 1964 e os corretores desses planos obedecem as normas da profissão de corretor de seguros de vida e de capitalização. O ministério e industria e do comercio é quem fornece através de uma portaria a devida autorização para funcionamento dessas entidades. Essas empresas abertas estão contidas no artigo 192, inciso II do título VII da Constituição Federal de 1988.

Art. 7º da lei 6.435/77 diz: as entidades abertas integram-se no Sistema Nacional de Seguros Privados. Parágrafo único. As sociedades seguradoras autorizadas a operar no Ramo Vida poderão ser também autorizadas a operar planos de previdência privada, obedecidas as condições estipuladas nesta Lei para as entidades abertas de fins lucrativos.

As principais definições da Lei 6.435:

"Entidades de previdência privada ... são as que têm por objetivo instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, mediante contribuição de seus participantes, dos respectivos empregados ou de ambos"

"... considera-se participante o associado, o segurado ou o beneficiário incluído nos planos..."

" A ação do poder público será exercida com o objetivo de: proteger os interesses dos participantes, determinar padrões mínimos de segurança econômico-financeira, disciplinar a expansão dos planos de benefícios e coordenar as atividades com as políticas de desenvolvimento social e econômico-financeira do governo federal"

Revista SPS 30 anos _ Secretaria de Previdência Complementar 1978 - 2008

30 anos de história da previdência complementar no Brasil. Pg.5

Falando um pouco das entidades abertas, elas possuem alguns tipos de planos que veremos a seguir. Eles podem ser assim destacados: Planos individuais e Planos coletivos. Planos individuais, são aqueles acessíveis a quaisquer pessoas físicas; e os Planos coletivos, são aqueles em que o objetivo é de garantir benefícios previdenciários às pessoas vinculadas direta ou indiretamente a uma pessoa jurídica contratante desses serviços. Esse plano coletivo pode ser contratado por várias pessoas jurídicas independentes da forma em que elas atuam. Esses grupos de várias pessoas poderão ser constituídos entre uma ou mais categorias específicas de empregador, onde pode abranger empresas coligadas, controladas ou até mesmo as subsidiárias, por meio de associações legalmente constituídas, de caráter profissional, incluindo os seus cônjuges ou companheiros e dependentes. Para

celebrar a implantação de um plano coletivo esse se dará através de um contrato, com formas, critérios e condições que estabelecem os órgãos reguladores. Não pode uma entidade aberta contratar um plano coletivo com pessoas jurídicas cujo o objetivo principal seja estipular, em nome de terceiros, planos de benefícios coletivos. Nas entidades abertas também é assegurado aos participantes o direito à portabilidade, onde se pode migrar com suas contribuições, suas reservas no total ou parcial para fundos de entidades fechadas, isto tudo verificando os critérios fixados pelo órgão regulador das entidades abertas.

2.2 Entidades Fechadas:

Quando elas são exclusivamente para um grupo de empresas ou a empregados de uma empresa. Quando são mantidas por um grupo de empresas, elas são denominadas patrocinadoras. As entidades fechadas não poderão obter lucro, elas devem ser sem fins lucrativos. Para efeito da Lei 6.435/77. Nas entidades fechadas as contribuições recebidas são dos participantes inscritos no plano ou da empresa. Nesse caso a pessoa participante contribuiu com um percentual e a empresa contribui com outro percentual. As entidades fechadas podem até ser classificadas como Fundações ou Sociedade Civil, segundo o artigo 5º do código civil. Do artigo 24 ao 30, conforme consta no código civil, a definição de FUNDAÇÃO é:

"pessoa jurídica cujo patrimônio é afetado a um fim, no caso de gerar receitas",- (Coletânea das principais leis, Decretos, normas e atos relativos às EFPPS, p III)

para que assim possam pagar benefícios complementares aos da Previdência Social.

O poder público é o órgão fiscalizador para dar garantia as participantes dos compromissos assumidos pelas entidades (fundações), ART. 3º da Lei 6.435/77 parágrafo 1º do art. 34. Um excelente professor e na verdade mestre em Direito Constitucional e Administrativo do Brasil, fez um pronunciamento sobre as fundações que dizia assim:

"A atual Carta Magna cuida das entidades fechadas de previdência privada pelas disposições que, implícita ou indiretamente, acolhem a existência de uma organização dessa natureza como complemento do sistema público da Seguridade Social.

Definindo a estrutura da Seguridade Social, a Constituição de 1988, em seu artigo 194, a designa como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinada a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência Social.

Não se exaure, portanto, na prestação de serviço público a garantia contra os riscos sociais. A sociedade - também chamada a participar - complementa a ação dos poderes públicos.

E a ação que lhe incumbe oferecer no campo da previdência pressupõe a existência de pessoas jurídicas aptas ao desempenho dessa missão". (Coletânea das principais leis, Decretos, normas e atos relativos às EFPPS, p VII.

A Previdência Complementar foi criada por causa da dificuldade do estado em prover aposentadorias seguras, onde quem se aposentasse continuasse com o mesmo nível de vida semelhante ao momento em que estavam na ativa. Isto fez com que houvesse um desenvolvimento de novos instrumentos de proteção de natureza previdenciária. Quando surgiram os fundos de pensão, lá pelas décadas de 70, acreditavam que eles iriam se transformar em grandes investidores institucionais brasileiros, alavancando o mercado de capitais e também o desenvolvimento. Isso realmente aconteceu, em poucos anos a poupança acumulada pelos fundos tornou-se uma fonte importante de financiamento ao país. Nos anos 90 houve uma mudança nos fundamentos da economia brasileira. Acabou a inflação e a responsabilidade fiscal se tornou-se uma lei básica, e a privatização aumentou o número de empresas que aplicava em bolsa, criando assim o novo mercado, isso premiou as empresas com as boas práticas de governança corporativa. Isso fez dar início a caminhada em direção a um moderno mercado de capitais. Agora nesse novo cenário, implantado pela indústria de fundos de pensão nestas três décadas, cria uma massa crítica necessária para se dar um salto para os próximos anos. Mais, a recente crise política pela qual passa o atual governo brasileiro, dentre muitos outros campos, nas entidades fechadas de previdência complementar privada, também conhecidas como fundos de pensão, que adquiriram, aqui no Brasil, e em outros países, vital importância econômica.

Esse regime previdenciário brasileiro, definido nos artigos 40, 201 e 202 da Constituição Federal, é composto por 3 regimes de previdência, que são eles (a) Regime Geral de Previdência Social Público; (b) Regimes Próprios de Servidores Públicos; e (c) Regime de Previdência Complementar.

O Regime Geral de Previdência Social, é operado pelo INSS — Instituto Nacional de Seguridade Social, e está direcionado para os trabalhadores regidos pela CLT — Consolidação das Leis Trabalhista, exemplos; (empregados, trabalhadores avulsos, trabalhadores rurais, empregadores, autônomos e empregados domésticos) e, ainda

nos casos em que o ente da federação não tenha instituído um regime próprio de previdência, engloba também os servidores públicos.

Já os Regimes Próprios dos Servidores Públicos são aqueles nos quais ente da federação instituiu regime específico de previdência.

Em fim, o Regime Complementar é constituído por: (1) um segmento aberto que se apresenta como aquele operado por sociedades anônimas com fins lucrativos, que são geralmente seguradoras ou bancos, onde oferecem planos individuais e coletivos para atender aos interesses dos indivíduos e cuja ação fiscalizadora é efetuada pelo Ministério da Fazenda, por meio do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados e; (2) um segmento fechado que se vale da identidade de grupos organizados, qual seja por meio do vínculo empregatício ou do vínculo associativo, para tornar acessível aos empregados de empresa patrocinadora, ou aos membros e associados de entidade classistas ou setoriais instituidora, planos de benefícios de caráter previdenciário e cuja atividade fiscalizadora seja operada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, e por intermédio do Conselho de Gestão de Previdência Complementar e da Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefícios de Regime Complementar são administrados por entidades fechadas de previdência complementar, pessoas jurídicas de direito privado, sem finalidade lucrativa, popularmente conhecidas como fundos de pensão.

Os fundos de pensão agem como uma opção de aposentadoria complementar. Eles são oferecidos aos empregados, pelas empresas, ou seja, a empresa constitui um fundo de pensão para o qual contribuem a própria empresa e também seus funcionários com uma parte de seu salário, onde forma um fundo. Portanto, não é aberto à população em geral e tem características diferentes de uma empresa para outra.

As entidades fechadas de previdência complementar privada, os (fundos de pensão), são organizadas sob uma forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos e são acessíveis, somente aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas ou ainda aos servidores da União, dos estados, do Distrito Federal e também dos municípios, estes denominados patrocinadores, ou aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores.

Ademais, são empresas privadas, e independentemente da natureza jurídica da empresa patrocinadora (empresa estatal ou privada), e os seus recursos originários das empresas integram a cesta de remuneração dos seus empregados, de tal como foi negociado com eles antes provavelmente em reuniões ou assembléias. A totalidade dos recursos em poder das instituições pertence, portanto, aos seus participantes. Por isso que esse fato que lhes confere caráter privado, como reconhecido na Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, e consagrado por nossos tribunais.

As entidades fechadas de previdência complementar devem seguir as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, isso por meio da Resolução 3.121, de 25-09-2003, no que se aplica aos recursos dos planos de benefício, bem como pela referida Lei Complementar 109.

Assim sendo, inúmeras são as restrições em que estão submetidos os fundos de pensão brasileiro, tais como: O limite de aplicação em renda variável que é de 50% (cinquenta por cento) dos recursos, o limite de 15% para a realização de empréstimos de recursos aos seus participantes, e de 14% de seus recursos a serem aportados em imóveis, como por exemplo: (shoppings centers, hotéis, imóveis e etc.), e a impossibilidade de realizar também doações em dinheiro a partidos políticos ou até mesmo investir em campanhas de candidatos.

Os fundos de pensão constituem um extraordinário instrumento de valorização do trabalho de que dispõem as empresas. Quando participam do custeio dos planos de benefícios, elas demonstram uma preocupação com a reprodução da força de trabalho, com a proteção dos trabalhadores, com as energias foram consumidas pelo processo de produção e com a manutenção do mercado consumidor interno do Brasil.

Assim, como grandes formadores de poupança, efeito do regime de capitalização, os fundos de pensão são também grandes investidores no país. Em outros países como os Estados Unidos por exemplo, esse sistema possui investidos na economia nacional, e também no exterior, aproximadamente US\$ 6 trilhões. Já o Japão, a maior parte do financiamento às exportações é sustentada pelos recursos da previdência complementar privada.

No Brasil, os nossos fundos de pensão têm sido historicamente a grande alavanca do mercado de ações, mantendo assim extensas todas as carteiras que são

administradas de uma maneira bem conservadora, e assim contribuindo para um mercado perfeito e estável. Neste sentido, nós podemos chegar a afirmar que os fundos de pensão no Brasil são o único mecanismo institucionalmente bem amadurecido de formação de uma poupança estável e de longo prazo na economia nacional.

No total, hoje são 366 fundos de pensão brasileiros e detêm um patrimônio de R\$ 280 bilhões de reais, administrando cerca de 960 planos de previdência complementar e contando com 2,8 milhões de participantes.

É muito importante destacar que os investimentos realizados que configuram como atividade-meio dos fundos de pensão acarretam o efeito de tornar os trabalhadores participantes interessados na economia, no crescimento das empresas e do país, uma vez que são eles os titulares das ações das empresas de que os fundos de pensão participam.

Então, cada vez fica mais cristalina a necessidade de se ampliar e constituir alguns instrumentos que protejam os fundos de pensão, para garantir aos mesmos uma administração eficiente e comprometida com a defesa e interesses de seus participantes, bem como criar mecanismos que permitam a boa alocação de seus recursos.

3. SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Essa secretaria foi criada após a Lei 6.435, mais exatamente 6 meses depois, no dia 20 de janeiro de 1978, através do Decreto Lei 81.240. Tinha sua sede em Rio de Janeiro e teve como o primeiro secretário o Sr. Cláudio Luiz Pinto que por um ano e dois meses comandou o órgão, ou seja; até março de 1979. Nessa época a SPC tinha um rol de grandes atribuições e responsabilidades, onde a secretaria era responsável pela execução, controle e fiscalização dos planos de benefícios e das atividades das entidades fechadas que nessa época estavam nascendo. No início da SPC era apenas 14 empresas e estatais autorizadas por esse órgão, e além da SPC ser responsável pelo acompanhamento das entidades sem fins lucrativos, assistenciais, educacionais e religiosas também tinha os montepios. Nesse grupo faziam parte as entidades sem fins lucrativos que eram mantidas por contribuições de participantes que na verdade já vinha funcionando desde o século XVIII e XIX.

Existiu uma resistência no início, pois a Secretaria teve de enfrentar obstáculo para que pudesse disciplinar as atividades dos fundos de pensão. Nesta época, muitas empresas que já eram sólidas, na verdade 144 entidades, tiveram uma mudança repentina para se adaptarem às novas regras da legislação de previdência fechada. Uma delas foi a Caixa de Previdência dos funcionários do Banco do Brasil, atualmente chamada Previ - que no ano de 1967 tinha a denominação de "Instituição de Assistência Social", e após dez anos se adaptou à nova legislação onde passou a ser "entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos. Essa expressão "Sem fins lucrativos" visava na verdade era beneficiar essas instituições com a imunidade tributária. Hoje a Previ é o maior fundo de pensão do Brasil.

3.1 LEI COMPLEMENTAR Nº 109

Uma das mais importantes. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil. Essa Lei nº 109 tem caráter complementar e organizado em relação ao regime geral da previdência social, é facultativo, e baseia-se na constituição de reservas para garantir o benefício conforme consta na Constituição Federal no art. 202. A Lei 109 deixa claro que a ação do Estado será exercida com o objeto de formular a política de previdência complementar, disciplinar, coordenar e supervisionar as atividades das entidades contidas nessa lei. Ela tem também que

assegurar padrões mínimos para a segurança econômica e financeira e também atuarial, para que as entidades consigam na hora que necessário pagar suas obrigações tenham liquidez. Os participantes devem ter direito ao acesso em todas as informações relativas a gestões de seus planos de benefícios. A Lei complementar nº 109, criou novos aspectos para a previdência privada, como por exemplo o benefício proporcional (Vesting), neste modelo o participante pode escolher (optar) em receber no futuro, logicamente que irá reduzir um pouco o seu benefício. Já o auto patrocinador, é o empregado que se desligou da sua obrigação com a empresa mais gostaria de continuar no plano, então mesmo ele estando fora ou até mesmo empregado em outra empresa ele continua pagando um percentual da parte dele e mais um percentual que seria o da empresa até chegar a data de receber o benefício, ou seja: quando ele chegar na época de se aposentar irá receber sua aposentadoria e continuará pagando um pequeno percentual que hoje está em 10% do valor do benefício. Os fundos de pensão são solidários ao assunto específico que assim demanda uma profundidade maior de estudo, de análise e conclusões tornando assim, um assunto cada vez mais debatido em eventos e cursos oferecidos pelos fundos de pensão. Os Planos de Benefícios de Entidades Abertas podem serem assim definidos e tratados;

Os planos de benefícios nas entidades abertas poderão ser:

- a - individuais, quando acessíveis a quaisquer pessoas físicas; ou também;
- b - coletivos, quando tenham por objetivo garantir benefícios previdenciários a pessoas físicas com vínculo, direta ou indiretamente, a uma pessoa jurídica contratante desses benefícios.

O plano coletivo poderá ser contratado por uma ou várias pessoas jurídicas para assim formarem uma entidade.

O vínculo indireto refere-se aos casos em que uma entidade representativa de pessoas jurídicas contrate plano previdenciário coletivo para grupos de pessoas físicas vinculadas a suas filiadas.

Os grupos de pessoas de que trata o parágrafo acima poderão ser formados por uma ou mais categorias específicas de empregados de um mesmo empregador, podendo abranger empresas coligadas, controladas e até mesmo subsidiárias, e por membros de associações legalmente constituídas, de caráter profissional ou de classes, e seus cônjuges ou companheiros e dependentes econômicos financeiros.

São equiparáveis aos empregados e associados os diretores, conselheiros ocupantes de cargos eletivos e outros dirigentes ou gerentes da pessoa jurídica contratante dos serviços.

A implantação de um plano coletivo será iniciada mediante contrato, com critérios, nas condições e nos requisitos mínimos a serem estabelecidos pelo órgão regulador. É vedada à entidade aberta a contratação de plano coletivo com pessoa jurídica cujo objetivo principal seja estipular, em nome de terceiros, planos de benefícios coletivos.

O regime de previdência privada será regulado por Lei Complementar. Foi partindo dessa prerrogativa dada pela Constituição Federal que em 29 de maio de 2001, que o Congresso Nacional sancionou a Lei Complementar n.109. Temos como inovações efetivas introduzidas por esta lei os seguintes aspectos:

1. Uma fiscalização mais efetiva do Estado, para garantir a segurança, liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios, assim como cada entidade de previdência complementar, no conjunto de suas atividades.
2. Aplicar as penalidades previstas aos maus administradores, chamando – os a responder tanto civil como penalmente pela má administração.
3. Criou institutos que até então não eram previstos tais como a portabilidade, entre outros que serão estudados em capítulo especial. Para torna – se efetivo os dispositivos desta lei complementar faz – se necessário primeiramente discorrermos sobre algumas nomenclaturas que serão muito utilizadas daqui para frente.

Observando esses conceitos, a forma, as condições e os critérios fixados pelo órgão regulador, é assegurado aos participantes o direito da portabilidade, inclusive para plano de benefício de entidade fechada, e ao resgate de recursos das reservas técnicas, provisões e fundos, total ou parcialmente formados.

A portabilidade não caracteriza resgate, e sim uma transferência de direitos de uma entidade para outra, sem que a pessoa física tome em espécie o dinheiro que é seu e que formou um fundo para fazer frente a essa portabilidade.

Não se pode no caso de portabilidade:

Fazer com que os recursos financeiros transitem pelos participantes, sob qualquer forma; conforme já mencionei acima, e
a transferência de recursos entre participantes.

Os ativos garantidores das reservas técnicas, também das provisões e dos fundos serão serem vinculados à ordem do órgão fiscalizador, na forma a ser regulamentada, e poderão ter sua livre movimentação suspensa pelo referido órgão, a partir da qual não poderão ser alienados ou prometidos alienar sem sua prévia e expressa autorização, sendo nulas, de pleno direito, quaisquer operações realizadas com violação daquela suspensão.

§ 1º Sendo imóvel, o vínculo será averbado à margem do respectivo registro no Cartório de Registro Geral de Imóveis competente, mediante comunicação do órgão fiscalizador.

§ 2º Os ativos garantidores, bem como os direitos deles decorrentes, não poderão ser gravados, sob qualquer forma, sem prévia e expressa autorização do órgão fiscalizador, sendo nulos os gravames, constituídos com infringência do disposto neste pequeno parágrafo.

Compete ao órgão regulador, entre outras atribuições que lhe forem conferidas por lei:

- a - fixar padrões adequados de segurança atuarial e econômico-financeira, para preservação da liquidez e solvência dos planos de benefícios, isoladamente, e de cada entidade aberta, no conjunto de suas atividades;
- b - estabelecer as condições em que o órgão fiscalizador pode determinar a suspensão da comercialização ou a transferência, entre entidades abertas, de planos de benefícios; e
- c - fixar condições que assegurem transparência, acesso a informações e fornecimento de dados relativos aos planos de benefícios, inclusive quanto à gestão dos respectivos recursos.

É facultativa a contratação de corretores na venda dos planos de benefícios das entidades abertas.

No parágrafo único dessa lei diz o seguinte: Aos corretores de planos de benefícios aplicam-se a legislação e a regulamentação da profissão de corretor de seguros

3.2. DECRETO Nº 81.240

Regulamenta as disposições da Lei nº 6.435/77 referentes a entidades fechadas de previdência privada. Nesse decreto, são equiparadas as entidades assistenciais, educacionais e as religiosas sem fins lucrativos, podendo assim seus planos incluir

os respectivos empregados e os religiosos. As patrocinadoras supervisionarão as atividades das entidades fechadas e as orientarão sobre fiscalização do poder público, isso para proporcionar garantia referentes aos compromissos assumidos diante dos participantes dos planos de benefícios. Em questão aos benefícios assistenciais, as fundações podem assumir esse papel desde que as patrocinadoras assumam o custo e seja contabilizado em separado. As entidades fechadas são consideradas instituições de assistência social conforme consta no item III do art. 19 da Constituição Federal. Esse decreto foi muito importante para os fundos de pensão, porém mais tarde ele foi alterado pelo decreto nº 86.492/81. Ainda falando do decreto 81.240/78, nele cita que os fundos de pensão se equiparam às entidades assistenciais, educacionais ou religiosas sem fins lucrativos, e que podem usufruir dos seus benefícios, dos seus planos os empregados e também no caso os religiosos que à elas servem. Isso tudo aqui descrito, sempre deve estar transcrito em regulamento da entidade e registrado em órgão competente. Entidades fechadas são consideradas complementares da previdência oficial, onde se enquadram as atividades na área de competência do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS.

As entidades fechadas são consideradas instituições de assistência social e isto está escrito na alínea c do inciso III do artigo 19 da Constituição. DECRETO Nº 81240, DE 20 DE JANEIRO DE 1978 Regulamenta as disposições da Lei nº 6435, de 15 de julho de 1977, relativas às entidades fechadas de previdência privada.

O Presidente da Republica, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, incisos III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 87 da Lei nº 6435, de 15 de julho de 1977, decreta:

SOBRE AS ENTIDADES FECHADAS

No art. 1º - Entidades fechadas de previdência privada são sociedades civis ou fundações criadas com o objetivo de instituir planos privados de concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social, acessíveis aos empregados ou dirigentes de uma empresa ou de um grupo de empresas, as quais, para os efeitos deste regulamento, serão denominadas patrocinadoras.

Equiparam-se às empresas as entidades assistenciais, educacionais ou religiosas, sem fins lucrativos, podendo os seus planos incluir os respectivos empregados e os religiosos que as servem.

Para os efeitos deste regulamento, são equiparáveis aos empregados de empresas patrocinadoras e também os seus gerentes, diretores e conselheiros que ocupam de cargos eletivos, bem como todos os empregados e também os dirigentes de fundações ou outras entidades de natureza autônoma, organizadas pelas patrocinadoras.

O que está escrito no parágrafo anterior não se aplica aos diretores e conselheiros das empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações vinculadas à Administração Pública, observado o disposto no artigo 41."

Considera-se participante de uma entidade fechada de previdência privada o associado, segurado ou beneficiário incluído nos planos a que se refere este artigo que trata somente sobre fundos de pensão.

Não se considera atividade de previdência privada, sujeita às disposições deste regulamento, a simples instituição que paga pecúlio por morte, no âmbito limitado de uma empresa, de uma fundação ou de outra entidade da mesma natureza e autônoma, desde que seja administrado exclusivamente sob a forma de rateio entre todos os participantes e não excedente, para cobertura da mesma pessoa, da quantia equivalente ao valor nominal atualizado.

As entidades fechadas se consideram complementares do sistema oficial de previdência e assistência social, enquadrando-se as suas atividades na área de competência do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS.

As entidades fechadas são reguladas pela legislação civil e pela legislação de previdência e assistência social, no que lhes for aplicável, e em especial pelas disposições da Lei nº 6435, de 15 de julho de 1977, e deste regulamento.

As patrocinadoras fazem a supervisão das atividades das entidades fechadas, orientando-se a fiscalização do poder público no sentido de proporcionar garantia aos compromissos assumidos para com os participantes dos planos de benefícios.

E no caso de haver várias patrocinadoras, será exigida a celebração de convênio de adesão entre estas e a entidade de previdência complementar, no qual se estabeleçam, pormenorizadamente, as condições de solidariedade das partes, inclusive quanto ao fluxo de novas entradas anuais de patrocinadoras.

A autorização para funcionamento das entidades fechadas será concedida mediante portaria do Ministro da Previdência e Assistência Social, o requerimento conjunto dos representantes legais da entidade interessada e de sua patrocinadora.

Fica alterado o parágrafo 1º do art. 6º, pelo Decreto nº 82325, de 27.09.78. A autorização a que se refere o artigo acima dependerá da prova do depósito prévio, em dinheiro, a favor da entidade de previdência privada, a título de dotação inicial, ou seja, depósito inicial de importância mínima correspondente a 7% (sete por cento) da folha de salários dos participantes no ano imediatamente anterior."Os estatutos das entidades fechadas serão submetidos previamente à aprovação do Ministro da Previdência e Assistência Social MPAS juntamente com o requerimento de autorização a que se refere este artigo que estamos falando. As alterações dos estatutos das entidades fechadas estarão, igualmente, sujeitas à previa aprovação do Ministro da Previdência e Assistência Social. No caso de entidades fechadas em funcionamento em 01 de janeiro de 1978, os estatutos, depois de adaptados aos dispositivos da Lei nº 6435, de 15 de julho de 1977, e deste regulamento, serão submetidos ao Ministro da Previdência e Assistência Social para homologação, observado o disposto no artigo 39.

3.3. RESOLUÇÃO CGPC Nº 05 DE JANEIRO DE 2002

Discorre sobre a regulamentação e os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar. Aprova a planificação contábil padrão das entidades fechadas de previdência complementar, as funções das contas contábeis, mostra os modelos e instruções de preenchimento das Demonstrações contábeis e o funcionamento das contas devedoras e credoras das fundações. Explana e demonstra também sobre as demonstrações contábeis num todo. As fundações quando tem dúvidas sobre algum lançamento novo ou dúvidas de como proceder perante a contabilização de um novo evento, recorre a Resolução CGPC nº 05, pois nela está descrito de uma maneira bastante fácil de como contabilizar o novo evento. Não se pode criar contas sem antes verificar a planificação contida nessa resolução, senão corre o risco de após o fechamento do balancete mensal quando a fundação vai transferir os resultados para o programa da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), pode dar inconsistência por não conter a conta na

planificação padrão. A Resolução CGPC nº 05 já foi alterada pela Resolução CGPC nº 10, onde traz poucas alterações, motivo esse que levam os contadores continuarem a usar a Resolução CGPC nº 05. Vejamos um exemplo de como está descrito na resolução CGPC nº 05 de janeiro de 2002 sobre algumas contas aleatórias, somente para demonstrar como está escrito.

Exemplo como realmente se encontra na resolução;

Código:1.2.1.1.02.03

Conta :Auto financiados -Contribuições Normais em Atraso

Função:Registrar os recursos a receber referentes às contribuições previdenciais normais dos meses anteriores.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência da conta 1.2.1.1.01.03;

Pela reversão/baixa da provisão de créditos de liquidação duvidosa;e

Pelos encargos devidos,decorrentes do atraso no repasse das contribuições.

Creditada:

Pela realização do direito (recebimento);

Pelo provisionamento de créditos de liquidação duvidosa;e

Pela transferência da parcela negociada para a conta 1.2.1.1.06.01 (somente após a formalização obrigatória de contrato).

Outra conta da planificação contábil;

Código:1.2.1.1.03.02

Conta :Participantes -Contribuições Extraordinárias do Mês

Função: Registrar os recursos a receber referentes às contribuições previdenciais extraordinárias (equacionamento de déficit, serviço passado e outras finalidades não incluídas na contribuição normal) do mês em curso, de participantes e assistidos, admitidos em regulamento/estatuto e previstas na avaliação atuarial anual do Programa Previdencial.

Funcionamento:

Debitada:

Pela apropriação da contribuição,atendendo o Princípio da Competência.

Creditada:

Pela realização do direito (recebimento);e

Pela transferência para a conta 1.2.1.1.04.02.

Outra conta da planificação contábil;

Código:1.2.2.1.02.03

Conta :Auto financiados -Contribuições em Atraso

Função:Registrar os recursos a receber referentes às contribuições assistenciais dos meses anteriores.

Funcionamento:

Debitada:

Pela transferência da conta 1.2.2.1.01.03;

Pela reversão/baixa da provisão de créditos de liquidação duvidosa;e

Pelos encargos devidos,decorrentes do atraso no repasse das contribuições.

Creditada:

Pela realização do direito (recebimento);

Pelo provisionamento de créditos de liquidação duvidosa;e

Pela transferência da parcela negociada para a conta 1.2.2.1.04.01 (somente após a formalização obrigatória de contrato). Por fim, essa resolução é um modelo completo para que os contadores de fundos de pensão se orientem quando encontrem dificuldades em fazer sua contabilidade ou mesmo para se orientar de como funciona tal conta. Existem anexos a esta instrução, onde no anexo C é sobre instruções e modelos de preenchimento das demonstrações contábeis.

ANEXO C

MODELOS E INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Definidos como a seguir, os modelos das demonstrações contábeis consolidadas, a serem elaboradas e também divulgadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC e encaminhadas à Secretaria de Previdência Complementar - SPC:

BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil

A T I V O	Exercício Atual	Exercício Anterior	P A S S I V O	Exercício Atual	Exercício Anterior
DISPONÍVEL			EXIGÍVEL OPERACIONAL		
REALIZÁVEL			Programa Previdencial		
Programa Previdencial			Programa Assistencial		
Programa Assistencial			Programa Administrativo		
Programa Administrativo			Programa de Investimentos		
Programa de Investimentos					
Renda Fixa			EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		
Renda Variável					
Investimentos Imobiliários			Programa Previdencial		
Operações com Participantes			Programa Assistencial		
Outros Investimentos			Programa Administrativo		
			Programa de Investimentos		
PERMANENTE					
Imobilizado					
Diferido			EXIGÍVEL ATUARIAL		
			Provisões		

			Matemáticas		
			Benefícios		
			Concedidos		
			Benefícios a		
			Conceder		
			(-) Provisões		
			Matemáticas a		
			Constituir		
			Provisões para		
			Ajustes no Plano		
			RESERVAS E		
			FUNDOS		
			Superávit Técnico		
			Acumulado		
			Reserva de		
			Contingência		
			Reserva para		
			Revisão de Plano		
			(-) Déficit Técnico		
			Acumulado		
			Fundos		
			Programa		
			Previdencial		
			Programa		
			Assistencial		
			Programa		

			Administrativo Programa de Investimentos		
TOTAL DO ATIVO			TOTAL DO PASSIVO		

PERIODICIDADE: Anual.

UNIDADE MONETÁRIA: R\$ Mil.

ÂMBITO DE DIVULGAÇÃO: SPC- Participantes, Assistidos, Auto financiados e Patrocinador(es).

PRAZO PARA REMESSA À SPC: Até 10 de março do exercício subsequente.

PRAZO PARA DIVULGAÇÃO AOS PARTICIPANTES, ASSISTIDOS, AUTOFINANCIADOS E PATROCINADOR(ES): Até 30 de abril do exercício subsequente.

OBSERVAÇÃO: Suprimir rubricas quando apresentar saldos nulos em ambos os períodos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE EXERCÍCIO:

R\$ Mil

DESCRIÇÃO		Exercício Atual	Exercício Anterior
	PROGRAMA PREVIDENCIAL		
(+)	Recursos Coletados		
(-)	Recursos Utilizados		
(-/+)	Constituições/Reversões de		
(-)	Contingências		
(+)	Custeio Administrativo		
(+/-)	Recursos Oriundos do Programa		
(-/+)	Administrativo		
(-/+)	Resultados dos Investimentos		
(+/-)	Previdenciais		
(=)	Constituições/Reversões de Provisões		
	Atuariais		
	Constituições/Reversões de Fundos		
	Operações Transitórias		
	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício		
	PROGRAMA ASSISTENCIAL		
(+)	Recursos Coletados		
(-)	Recursos Utilizados		
(+/-)	Constituições/Reversões de		
	Contingências		
(-)	Custeio Administrativo		
(=)	Recursos Oriundos do Programa		
	Administrativo		
(+/-)	Resultados dos Investimentos		
	Assistenciais		

(+/-)	Operações Transitórias		
(=)	Constituições (Reversões) de Fundos		
	PROGRAMA ADMINISTRATIVO		
(+)	Recursos Oriundos de Outros Programas		
(+)	Receitas		
(-)	Despesas		
(-/+)	Constituições/Reversões de		
(-)	Contingências		
(+/-)	Recursos Transferidos para os		
(+/-)	Programas Previdencial/Assistencial		
(=)	Resultados dos Investimentos		
	Administrativos		
	Operações Transitórias		
	Constituições (Reversões) de Fundos		
	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
(+/-)	Renda Fixa		
(+/-)	Renda Variável		
(+/-)	Investimentos Imobiliários		
(+/-)	Operações com Participantes		
(+/-)	Relacionados com o Disponível		
(+/-)	Obrigações Tributárias		
(+/-)	Outras Exigibilidades		
(+/-)	Outros Investimentos		
(-/+)	Constituições/Reversões de		
(-)	Contingências		
(+/-)	Custeio Administrativo		
(+/-)	Resultados Recebidos/Transferidos de		
(=)	Outros Programas		

	Operações Transitórias		
	Constituições (Reversões) de Fundos		

PERIODICIDADE: Anual.

UNIDADE MONETÁRIA: R\$ Mil.

ÂMBITO DE DIVULGAÇÃO: SPC, Participantes, Assistidos, Auto financiados e Patrocinador(es).

PRAZO PARA REMESSA À SPC: Até 10 de março do exercício subsequente.

PRAZO PARA DIVULGAÇÃO AOS PARTICIPANTES, ASSISTIDOS, AUTOFINANCIADOS E PATROCINADOR(ES): Até 30 de abril do exercício subsequente.

OBSERVAÇÃO: Suprimir rubricas quando apresentar saldos nulos em ambos os períodos.

INSTRUÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE EXERCÍCIO:

a) nos Programas Previdencial e Assistencial:

O item "Recursos Oriundos do Programa Administrativo" representa as importâncias recebidas do Programa Administrativo, referentes às devoluções de recursos não destinados a formação de Fundos (sobras), e ainda, às reversões de Fundos Administrativos.

b) nos Programas Previdencial, Assistencial e de Investimentos:

O item "Custeio Administrativo" representa as importâncias transferidas ao Programa Administrativo para a cobertura dos respectivos custos administrativos.

c) no Programa Administrativo:

O item “Recursos Oriundos de Outros Programas” representa a soma das importâncias recebidas dos Programas Previdencial, Assistencial e de Investimentos para a cobertura dos custos administrativos; e

O item “Recursos Transferidos para os Programas Previdencial/Assistencial” representa as importâncias transferidas para os programas de origem, referentes às devoluções de recursos não utilizados para formação de Fundos (sobras), e ainda, às reversões de Fundos Administrativos.

d) nos Programas Previdencial, Assistencial e Administrativo:

O item “Resultados dos Investimentos” representa o valor líquido das importâncias transferidas do Programa de Investimentos aos demais Programas a título de remuneração dos respectivos investimentos.

e) no Programa de Investimentos:

O item “Resultados Recebidos/Transferidos de Outros Programas” representa a soma das importâncias mencionadas na letra “d”, subitem “2.1. - Instruções Para a Elaboração da Demonstração de Resultados de Exercício”, deste anexo.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS FINANCEIROS:

		R\$ Mil	
D E S C R I Ç Ã O		Exercício Atual	Exercício Anterior
(+/-)	<u>PROGRAMA PREVIDENCIAL</u>		
(+)	ENTRADAS		
(+)	Recursos Coletados		
(-)	Recursos a Receber		
(+)	Recursos Futuros		
(+)	Outros Realizáveis/Exigibilidades		
(+)	Constituições/Reversões de Contingências		
(+)	Operações Transitórias		

(-)	SAÍDAS		
(-)	Recursos Utilizados		
(+)	Utilizações a Pagar		
(-)	Utilizações Futuras		
(-)	Outros Realizáveis/Exigibilidades		
(-)	Constituições/Reversões de Contingências		
(-)	Operações Transitórias		
(+/-)	<u>PROGRAMA ASSISTENCIAL</u>		
(+)	ENTRADAS		
(+)	Recursos Coletados		
(-)	Recursos a Receber		
(+)	Recursos Futuros		
(+)	Outros Realizáveis/Exigibilidades		
(+)	Constituições/Reversões de Contingências		
(+)	Operações Transitórias		
(-)	SAÍDAS		
(-)	Recursos Utilizados		
(+)	Utilizações a Pagar		
(-)	Utilizações Futuras		
(-)	Outros Realizáveis/Exigibilidades		
(-)	Constituições/Reversões de Contingências		
(-)	Operações Transitórias		
(+/-)	<u>PROGRAMA ADMINISTRATIVO</u>		
(+)	ENTRADAS		
(+)	Receitas		
(-)	Receitas a Receber		

(+)	Receitas Futuras		
(+)	Outros Realizáveis/Exigibilidades		
(+)	Constituições/Reversões de Contingências		
(+)	Operações Transitórias		
(-)	SAÍDAS		
(-)	Despesas		
(+)	Despesas a Pagar		
(-)	Despesas Futuras		
(-)	Permanente		
(-)	Outros Realizáveis/Exigibilidades		
(-)	Constituições/Reversões de Contingências		
(-)	Operações Transitórias		
(+/-)	<u>PROGRAMA DE INVESTIMENTOS</u>		
(+/-)	Renda Fixa		
(+/-)	Renda Variável		
(+/-)	Investimentos Imobiliários		
(+/-)	Operações com Participantes		
(+/-)	Outros Investimentos		
(+/-)	Obrigações Tributárias		
(+/-)	Outras Exigibilidades		
(+/-)	Constituições/Reversões de Contingências		
(+/-)	Operações Transitórias		
(+/-)	Relacionados com o Disponível		
(=)	<u>FLUXO NAS DISPONIBILIDADES</u>		
(=)	VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES		

PERIODICIDADE: Anual.

UNIDADE MONETÁRIA: R\$ Mil.

ÂMBITO DE DIVULGAÇÃO: SPC, Participantes, Assistidos, Auto financiados e Patrocinador (es).

PRAZO PARA REMESSA À SPC: Até 10 de março do exercício subsequente.

PRAZO PARA DIVULGAÇÃO AOS PARTICIPANTES, ASSISTIDOS, AUTOFINANCIADOS E PATROCINADOR (ES): Até 30 de abril do exercício subsequente.

OBSERVAÇÃO: Suprimir rubricas quando apresentar saldos nulos em ambos os períodos.

METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS FINANCEIROS:

PROGRAMA PREVIDENCIAL	
ENTRADAS	SAÍDAS
Recursos Coletados: (-) débitos na conta 3.1.0.0.00.00 (+) créditos na conta 3.1.0.0.00.00	Recursos Utilizados: (-)débitos na conta 3.2.0.0.00.00 (+)créditos na conta 3.2.0.0.00.00
Recursos a Receber: (-) débitos na conta 1.2.1.1.00.00 (+) créditos na conta 1.2.1.1.00.00	Utilizações a Pagar: (-) débitos na conta 2.1.1.1.00.00 (+) créditos na conta 2.1.1.1.00.00
Recursos Futuros: (-) débitos na conta 2.1.1.2.00.00 (+) créditos na conta 2.1.1.2.00.00	Utilizações Futuras: (-) débitos na conta 1.2.1.2.00.00 (+) créditos na conta 1.2.1.2.00.00
Outros Realizáveis/Exigibilidades: (+) Resultado, se positivo, da equação: (-) débitos na conta 1.2.1.3.00.00 (+) créditos na conta 1.2.1.3.00.00 (-) débitos na conta 2.1.1.3.00.00	Outros Realizáveis/Exigibilidades: (-) Resultado, se negativo, da equação: (-) débitos na conta 1.2.1.3.00.00 (+) créditos na conta 1.2.1.3.00.00 (-) débitos na conta 2.1.1.3.00.00

(+) créditos na conta 2.1.1.3.00.00	(+) créditos na conta 2.1.1.3.00.00
Constituições/Reversões de Contingências:	Constituições/Reversões de Contingências:
(+) Resultado, se positivo, da equação:	(-) Resultado, se negativo, da equação:
(-) débitos na conta 2.2.1.0.00.00	(-) débitos na conta 2.2.1.0.00.00
(+) créditos na conta 2.2.1.0.00.00	(+) créditos na conta 2.2.1.0.00.00
(-) débitos na conta 3.3.0.0.00.00	(-) débitos na conta 3.3.0.0.00.00
(+) créditos na conta 3.3.0.0.00.00	(+) créditos na conta 3.3.0.0.00.00
Operações Transitórias:	Operações Transitórias:
(-) débitos na conta 3.9.1.0.00.00	(-) débitos na conta 3.9.2.0.00.00
(-) débitos na conta 3.9.3.0.00.00	(-) débitos na conta 3.9.4.0.00.00
(-) débitos na conta 3.9.5.0.00.00	(-) débitos na conta 3.9.6.0.00.00
(+) créditos na conta 3.9.2.0.00.00	(+) créditos na conta 3.9.1.0.00.00
(+) créditos na conta 3.9.4.0.00.00	(+) créditos na conta 3.9.3.0.00.00
(+) créditos na conta 3.9.6.0.00.00	(+) créditos na conta 3.9.5.0.00.00

PROGRAMA ASSISTENCIAL	
ENTRADAS	SAÍDAS
Recursos Coletados:	Recursos Utilizados:
(-) débitos na conta 4.1.0.0.00.00	(-) débitos na conta 4.2.0.0.00.00
(+) créditos na conta 4.1.0.0.00.00	(+) créditos na conta 4.2.0.0.00.00
Recursos a Receber:	Utilizações a Pagar:
(-) débitos na conta 1.2.2.1.00.00	(-) débitos na conta 2.1.2.1.00.00
(+) créditos na conta 1.2.2.1.00.00	(+) créditos na conta 2.1.2.1.00.00
Recursos Futuros:	Utilizações Futuras:
(-) débitos na conta 2.1.2.2.00.00	(-) débitos na conta 1.2.2.2.00.00
(+) créditos na conta 2.1.2.2.00.00	(+) créditos na conta 1.2.2.2.00.00

Outros Realizáveis/Exigibilidades: (+) Resultado, se positivo, da equação: (-) débitos na conta 1.2.2.3.00.00 (+) créditos na conta 1.2.2.3.00.00 (-) débitos na conta 2.1.2.3.00.00 (+) créditos na conta 2.1.2.3.00.00	Outros Realizáveis/Exigibilidades: (-) Resultado, se negativo, da equação: (-) débitos na conta 1.2.2.3.00.00 (+) créditos na conta 1.2.2.3.00.00 (-) débitos na conta 2.1.2.3.00.00 (+) créditos na conta 2.1.2.3.00.00
Constituições/Reversões de Contingências: (+) Resultado, se positivo, da equação: (-) débitos na conta 2.2.2.0.00.00 (+) créditos na conta 2.2.2.0.00.00 (-) débitos na conta 4.3.0.0.00.00 (+) créditos na conta 4.3.0.0.00.00	Constituições/Reversões de Contingências: (-) Resultado, se negativo, da equação: (-) débitos na conta 2.2.2.0.00.00 (+) créditos na conta 2.2.2.0.00.00 (-) débitos na conta 4.3.0.0.00.00 (+) créditos na conta 4.3.0.0.00.00
Operações Transitórias: (-) débitos na conta 4.9.1.0.00.00 (-) débitos na conta 4.9.3.0.00.00 (-) débitos na conta 4.9.5.0.00.00 (+) créditos na conta 4.9.2.0.00.00 (+) créditos na conta 4.9.4.0.00.00 (+) créditos na conta 4.9.6.0.00.00	Operações Transitórias: (-) débitos na conta 4.9.2.0.00.00 (-) débitos na conta 4.9.4.0.00.00 (-) débitos na conta 4.9.6.0.00.00 (+) créditos na conta 4.9.1.0.00.00 (+) créditos na conta 4.9.3.0.00.00 (+) créditos na conta 4.9.5.0.00.00

PROGRAMA ADMINISTRATIVO	
ENTRADAS	SAÍDAS
<p>Receitas:</p> <p>(-) débitos na conta 5.1.0.0.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 5.1.0.0.00.00</p> <p>Receitas a Receber:</p> <p>(-) débitos na conta 1.2.3.1.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 1.2.3.1.00.00</p> <p>Receitas Futuras:</p> <p>(-) débitos na conta 2.1.3.2.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 2.1.3.2.00.00</p> <p>Outros Realizáveis/Exigibilidades:</p> <p>(+) Resultado, se positivo, da equação:</p> <p>(-) débitos na conta 1.2.3.3.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 1.2.3.3.00.00</p> <p>(-) débitos na conta 2.1.3.3.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 2.1.3.3.00.00</p> <p>Constituições/Reversões de Contingências:</p> <p>(+) Resultado, se positivo, da equação:</p> <p>(-) débitos na conta 2.2.3.0.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 2.2.3.0.00.00</p> <p>(-) débitos na conta 5.3.0.0.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 5.3.0.0.00.00</p> <p>Operações Transitórias:</p> <p>(-) débitos na conta 5.9.1.0.00.00</p> <p>(-) débitos na conta 5.9.3.0.00.00</p>	<p>Despesas:</p> <p>(-) débitos na conta 5.2.0.0.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 5.2.0.0.00.00</p> <p>Despesas a Pagar:</p> <p>(-) débitos na conta 2.1.3.1.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 2.1.3.1.00.00</p> <p>Despesas Futuras:</p> <p>(-) débitos na conta 1.2.3.2.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 1.2.3.2.00.00</p> <p>Permanente:</p> <p>(-) débitos na conta 1.3.0.0.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 1.3.0.0.00.00</p> <p>Outros Realizáveis/Exigibilidades:</p> <p>(-) Resultado, se negativo, da equação:</p> <p>(-) débitos na conta 1.2.3.3.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 1.2.3.3.00.00</p> <p>(-) débitos na conta 2.1.3.3.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 2.1.3.3.00.00</p> <p>Constituições/Reversões de Contingências:</p> <p>(-) Resultado, se negativo, da equação:</p> <p>(-) débitos na conta 2.2.3.0.00.00</p>

(-) débitos na conta 5.9.5.0.00.00	(+) créditos na conta 2.2.3.0.00.00
(+) créditos na conta 5.9.2.0.00.00	(-) débitos na conta 5.3.0.0.00.00
(+) créditos na conta 5.9.4.0.00.00	(+) créditos na conta 5.3.0.0.00.00
(+) créditos na conta 5.9.6.0.00.00	
	Operações Transitórias:
	(-) débitos na conta 5.9.2.0.00.00
	(-) débitos na conta 5.9.4.0.00.00
	(-) débitos na conta 5.9.6.0.00.00
	(+) créditos na conta 5.9.1.0.00.00
	(+) créditos na conta 5.9.3.0.00.00
	(+) créditos na conta 5.9.5.0.00.00

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	
RENDAS/VARIAÇÕES LÍQUIDAS	
<p>Renda Fixa:</p> <p>(-) débitos na conta 6.1.1.0.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 6.1.1.0.00.00</p> <p>(-) débitos na conta 1.2.4.1.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 1.2.4.1.00.00</p> <p>(-) débitos na conta 2.1.4.1.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 2.1.4.1.00.00</p> <p>Renda Variável:</p> <p>(-) débitos na conta 6.1.2.0.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 6.1.2.0.00.00</p> <p>(-) débitos na conta 1.2.4.2.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 1.2.4.2.00.00</p> <p>(-) débitos na conta 2.1.4.2.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 2.1.4.2.00.00</p> <p>Investimentos Imobiliários:</p> <p>(-) débitos na conta 6.1.3.0.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 6.1.3.0.00.00</p> <p>(-) débitos na conta 1.2.4.3.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 1.2.4.3.00.00</p> <p>(-) débitos na conta 2.1.4.3.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 2.1.4.3.00.00</p> <p>Operações com Participantes:</p> <p>(-) débitos na conta 6.1.4.0.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 6.1.4.0.00.00</p> <p>(-) débitos na conta 1.2.4.4.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 1.2.4.4.00.00</p>	<p>Obrigações Tributárias:</p> <p>(-) débitos na conta 6.1.6.0.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 6.1.6.0.00.00</p> <p>(-) débitos na conta 2.1.4.6.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 2.1.4.6.00.00</p> <p>Outras Exigibilidades:</p> <p>(-) débitos na conta 6.1.7.0.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 6.1.7.0.00.00</p> <p>(-) débitos na conta 2.1.4.7.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 2.1.4.7.00.00</p> <p>Constituições/Reversões de Contingências:</p> <p>(-) débitos na conta 2.2.4.0.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 2.2.4.0.00.00</p> <p>(-) débitos na conta 6.3.0.0.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 6.3.0.0.00.00</p> <p>Operações Transitórias:</p> <p>(-) débitos na conta 6.9.1.0.00.00</p> <p>(+) créditos na conta 6.9.1.0.00.00</p>

(-) débitos na conta 2.1.4.4.00.00	(-) débitos na conta 6.9.2.0.00.00
(+) créditos na conta 2.1.4.4.00.00	(+) créditos na conta 6.9.2.0.00.00
Outros Investimentos:	(-) débitos na conta 6.9.3.0.00.00
(-) débitos na conta 6.1.8.0.00.00	(+) créditos na conta 6.9.3.0.00.00
(+) créditos na conta 6.1.8.0.00.00	(-) débitos na conta 6.9.4.0.00.00
(-) débitos na conta 1.2.4.8.00.00	(+) créditos na conta 6.9.4.0.00.00
(+) créditos na conta 1.2.4.8.00.00	(-) débitos na conta 6.9.5.0.00.00
(-) débitos na conta 2.1.4.8.00.00	(+) créditos na conta 6.9.5.0.00.00
(+) créditos na conta 2.1.4.8.00.00	(-) débitos na conta 6.9.6.0.00.00
	(+) créditos na conta 6.9.6.0.00.00
	Relacionados com o Disponível:
	(-) débitos na conta 6.1.5.0.00.00
	(+) créditos na conta 6.1.5.0.00.00
	(-) débitos na conta 2.1.4.5.00.00
	(+) créditos na conta 2.1.4.5.00.00

BALANCETES MENSAIS:

A elaboração deverá ser feita com base nos saldos contábeis existentes ao final de cada mês, por Plano de Benefícios, Operações Comuns e Consolidado, identificando ainda, o saldo final do mês anterior e a movimentação mensal das contas, de acordo com a Planificação Contábil Padrão.

O encaminhamento à Secretaria de Previdência Complementar deverá ser feito, obrigatoriamente, através do Sistema Integrado de Captação de Dados da

Previdência Complementar - SIPC-CAP, disponível a todas Entidades Fechadas de
Previdência Complementar - EFPC.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+) CONTRIBUIÇÕES (-) BENEFÍCIOS (+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES (=) RECURSOS LÍQUIDOS (-) DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO (-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO (-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS (-/+) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS (+/-) INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S) (=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		
Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:	Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:	

PERIODICIDADE: Anual.

UNIDADE MONETÁRIA: R\$.

ÂMBITO DE DIVULGAÇÃO: Participantes, Assistidos e Auto financiados.

PRAZO PARA DIVULGAÇÃO: Até 30 de abril do exercício subsequente.

OBSERVAÇÃO: Suprimir rubricas quando apresentar saldos nulos em ambos os períodos.

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS (de natureza Previdencial)

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL:

ATIVO: total da conta 1.0.0.0.00.00 do plano de benefícios a que se referir.

DISPONÍVEL: total da conta 1.1.0.0.00.00 do plano de benefícios a que se referir..

CONTAS A RECEBER: somatório das contas 1.2.1.0.00.00 e 1.2.3.0.00.00 do plano de benefícios a que se referir.

APLICAÇÕES: somatório das contas a seguir:

d.1) Renda Fixa: total da conta 1.2.4.1.00.00

d.2) Renda Variável: total da conta 1.2.4.2.00.00

d.3) Imóveis: total da conta 1.2.4.3.00.00

d.4) Empréstimos/Financiamentos: total da conta 1.2.4.4.00.00

d.5) Outras Aplicações: total da conta 1.2.4.8.00.00

BENS DE USO PRÓPRIO: total da conta 1.3.0.0.00.00 do plano de benefícios a que se referir.

PASSIVO: total da conta 2.0.0.0.00.00 do plano de benefícios a que se referir.

CONTAS A PAGAR: total da conta 2.1.0.0.00.00 do plano de benefícios a que se referir.

VALORES EM LITÍGIO: total da conta 2.2.0.0.00.00 do plano de benefícios a que se referir.

COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS: total da conta 2.3.0.0.00.00 do plano de benefícios a que se referir.

FUNDOS: total da conta 2.4.3.0.00.00 do plano de benefícios a que se referir.

SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO ACUMULADO: total das contas 2.4.1.0.00.00 e 2.4.2.0.00.00 do plano de benefícios a que se referir.

5.1.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS:

CONTRIBUIÇÕES: total da conta 3.1.0.0.00.00 do plano de benefícios a que se referir.

BENEFÍCIOS: total da conta 3.2.0.0.00.00 do plano de benefícios a que se referir.

RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES: total da conta 6.1.0.0.00.00 do plano de benefícios a que se referir.

RECURSOS LÍQUIDOS: somatório dos itens Contribuições, Benefícios e Rendimentos das Aplicações.

DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO: diferença entre as contas 5.2.0.0.00.00 e 5.1.0.0.00.00 do plano de benefícios a que se referir.

FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO: somatório das contas 3.3.0.0.00.00, 5.3.0.0.00.00 e 6.3.0.0.00.00 do plano de benefícios a que se referir.

FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DOS COMPROMISSOS COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS: total da conta 3.5.0.0.00.00 do plano de benefícios a que se referir.

FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS: somatório das contas 3.6.0.0.00.00, 5.6.0.0.00.00 e 6.6.0.0.00.00 do plano de benefícios a que se referir.

INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S): somatório das contas 3.9.0.0.00.00, 5.9.0.0.00.00 e 6.9.0.0.00.00 do plano de benefícios a que se referir.

SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO: total da conta 3.7.0.0.00.00 do plano de benefícios a que se referir.

COMENTÁRIOS:

COMENTÁRIOS SOBRE A RENTABILIDADE DO PLANO: a EFPC deverá informar a rentabilidade auferida pelos investimentos do plano de benefícios, descrevendo os principais fatos que influenciaram o resultado, bem como a comparação do desempenho obtido em relação ao exercício anterior.

COMENTÁRIOS SOBRE O CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO PLANO: a EFPC deverá informar o custeio administrativo do plano de benefícios, comparando com o exercício anterior e descrevendo as principais ocorrências.

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS:

(Identificar o Plano de Benefícios de natureza ASSISTENCIAL)

R\$

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL					
A T I V O	Exercício Atual	Exercício Anterior	P A S S I V O	Exercício Atual	Exercício Anterior
- ATIVO			- PASSIVO		
- DISPONÍVEL			- CONTAS A PAGAR		
CONTAS A RECEBER			- VALORES EM LITÍGIO		
APLICAÇÕES			FUNDOS		
Renda Fixa					
Renda Variável					
Imóveis					
Empréstimos/Financiamentos					
Outras Aplicações					
- BENS DE USO PRÓPRIO					

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(+)CONTRIBUIÇÕES		
(-)BENEFÍCIOS		
(+/-) RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES		
(=)RECURSOS LÍQUIDOS		
(-)DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO		
(-/+)FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE VALORES EM LITÍGIO		
(+/-)INCORPORAÇÃO (DISSOLUÇÃO) DE PLANO(S)		
(=) FORMAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE FUNDOS PARA RISCOS FUTUROS		
Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:	Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:	

PERIODICIDADE: Anual.

UNIDADE MONETÁRIA: R\$.

ÂMBITO DE DIVULGAÇÃO: Participantes, Assistidos e Auto financiados.

PRAZO PARA DIVULGAÇÃO: Até 30 de abril do exercício subsequente.

OBSERVAÇÃO: Suprimir rubricas quando apresentar saldos nulos em ambos os períodos.

3.4. INSTRUÇÃO NORMATIVA SPC Nº 05

Determina o envio, à Secretaria de Previdência Complementar, de extratos de movimentação e de estoque diários de títulos públicos, relativos às contas individualizadas das entidades fechadas de previdência complementar nº Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, e estabelece procedimentos a serem observados. - Coletânea de Normas dos Fundos de Pensão 3ª edição 2007 - p, 238.

Para que se tenha uma rotina sem problemas nos fundos de pensão, é necessário que todos os meses, após fechar o balancete mensal, seja enviado à Secretaria de Previdência Complementar (SPC) o arquivo contendo o balancete. Temos também que enviar à SPC os extratos de movimentação financeira. As fundações devem solicitar as instituições financeiras liquidantes das carteiras próprias que acessem a Selic, por meio da rede de telecomunicações do mercado RTM, para que assim possam capturar os extratos referentes a cada mês. A partir do 3º dia útil do mês subsequente. O banco central do Brasil é o responsável por disponibilizar o sistema utilizado para essa transferência de dados através do programa PSTAW10. A Secretaria de Previdência Complementar (SPC) poderá a qualquer momento solicitar as informações de meses anteriores caso julgarem necessário conforme a legislação aplicável.

3.5. MODALIDADES DE PLANOS

Em caráter previdenciário temos algumas modalidades de planos e podem ser concebidos basicamente nas modalidades de **Benefício Definido (BD)**, e **Contribuição Definida (CD) e Contribuição Variável. (CV) antigo plano misto.**

O primeiro, **Benefício Definido** é aquele em que o participante sabe já no começo em que aderiu ao plano o valor que vai receber de benefício, porém não saiba exatamente o quanto irá pagar, por que esse valor pode variar em vista do acordo com o plano anual de custeio, podendo diminuir ou aumentar o valor das contribuições a partir da constatação de superávit ou déficit.

Na **Contribuição Definida** nenhum participante sabe qual será seu benefício na época de sua aposentadoria, porque o benefício será diretamente proporcional a aquele valor acumulado durante o período de contribuição ao longo do tempo. Existe sim uma projeção teórica que os fundos de pensão fazem para o futuro, onde se estipula o valor aproximado que o participante irá receber para atender suas necessidades, isso se todas as condições já estejam cumpridas. Então fica para a

patrocinadora a responsabilidade de pagar esse benefício por um determinado tempo previsto. A reserva que o participante constituiu será separada em contas individuais e em sistema de cotas. Na época de usufruir o benefício, apura-se o valor das cotas para fazer frente a obrigação com o participante. Na maioria das vezes, esses planos não tem nada a ver com a previdência social.

Segundo Arthur Bragança de Vasconcelos Weintraub pg.82 "

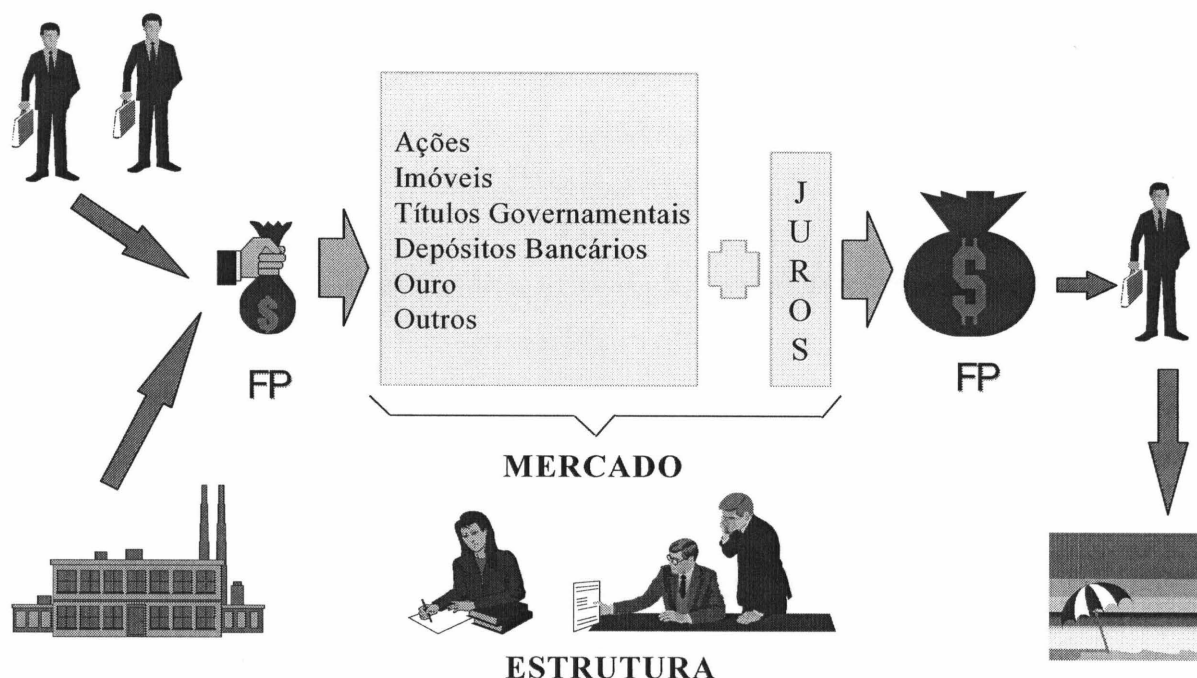
Na projeção da renda do participante no futuro, o valor pago pelo INSS pode ser levado em consideração". Nesse plano existe uma expectativa de plano, ele não se confunde com Benefício Definido.

Na **Contribuição Variável**, dá-se ao participante o direito de escolher o valor da contribuição e também o momento de pagar essa contribuição. Isso quer dizer que o valor e prazo das contribuições são estipulados com antecedência. As regras do cálculo da Contribuição Variável são definidas na data da contratação do plano.

Na Contribuição Variável, estipula previamente o valor da contribuição pelo participante, e não os valores dos benefícios ou dos valores garantidores dos benefícios. Esses benefícios são calculados por ocasião da ocorrência do fato gerador, sendo obtidos pelo fundo acumulado nas contribuições puras do participante, com as taxas definida no contrato. Esse calculo da contribuição variável, as regras, são definidas no data da contratação do plano.

É importante destacar, que os fundos de pensão são uma forma de incentivo do governo palas pessoas que aderem ao sistema, na qual é facultado ao participante um benefício fiscal que permite abater 12% da renda bruta tributável na hora de fazer a declaração de Imposto de Renda, e assim o participante reduz a base de cálculo do imposto. Existe uma Lei nº 9.532/97 em que permite que todo o valor gasto (aplicado) em produtos de Previdência Privada possa ser deduzido da base de cálculo do Imposto de Renda, mais desde que o total dessas aplicações não exceda a 12% da sua renda bruta tributável.

FASES DE UM FUNDO DE PENSÃO



Tudo começa com a adesão ao plano de benefício em uma entidade de previdência, seja ela aberta ou fechada. Se for aberta qualquer pessoa pode aderir a um plano PGBL, porém, para aderir as de fundo fechada, somente sendo funcionário ou que sua empresa seja o patrocinador do fundo. Pois bem, digamos que sua empresa seja um patrocinador e você agora é um contribuinte, todos os meses irá contribuir com um valor onde ele será depositado num fundo e corrigido monetariamente, religiosamente todos os meses. Esse seu dinheiro somado a contribuição de muitos outros se torna um volume grande, bastante poderoso e que o fundo de pensão responsável pelo manuseio, guarda do seu dinheiro terá que aplica-lo para não deixar parado. Essa verba pode ser aplicada em Ações, Títulos do Governo ou não, Imóveis, Depósitos bancários, ouro etc. Essas aplicações irão render juros, seu dinheiro irá crescer e na medida em que o tempo passa, pessoas treinadas e capacitadas para garantir uma boa rentabilidade e dar segurança ao contribuinte irão pesquisar no mercado qual é a melhor maneira de se aplicar esse dinheiro. Para isso os fundos devem ter uma boa estrutura onde assim conseguirão

desempenhar seus papéis como gestores dos fundos. Com o tempo passando e seu dinheiro sendo corrigido mensalmente seu futuro estará garantido, ao menos uma boa parte dele, dependendo do volume que você contribuiu. Então chegando a época em que você já pode usufruir desse benefício, ou seja, na hora da aposentadoria, onde todos querem descansar, pois já trabalharam muitos anos. Chegando no nesse momento, podemos agora desfrutar do retorno do nosso investimento, vamos poder passear, ir à praia, viajar, enfim, fazer tudo aquilo que quando estávamos trabalhando não podíamos fazer por muitos outros motivos. Essa contribuição não fica apenas à deriva, ela sofre fiscalização rigorosa por parte dos órgãos do Governo Federal, como a SPC, o Banco do Brasil, os sindicatos e também por parte dos Conselhos internos dos patrocinadores, como Comitê de Investimentos, Conselho deliberativo e principalmente pelo Conselho Fiscal. Esse último analisa todos os documentos e suspeitando de algo, pode pedir a documentação para ser comprovada a situação e como está sendo aplicado e no que está sendo aplicado. Os fundos de pensão são importantes para que possamos depois de anos trabalhados termos uma vida mais digna. As Entidades Fechadas de Previdência Privada (EFPP) não tem a intenção de substituir a previdência social, elas tem sua função bem definida que é de complementar a previdência social.

Como os fundos não distribuem lucros, eles são integralmente reincorporados ao patrimônio coletivo aumentando-o cada vez mais. Como em média a fase em que se contribui é muito maior do que a fase em que se recebe o benefício os números fecham.

Este capital possui três características básicas: abundante, com longo perfil de exigibilidade e baixo custo (não se financiam fábricas com dinheiro exigível à 30 dias ou a juros astronômicos).

O capital dos fundos de pensão tem seu perfil de exigibilidade (média mundial) superior a 20 anos, e a remuneração mínima é a meta atuarial, que, também, na média, corresponde à inflação + 6,00%/ano esse inclusive é adotado pela Fundação Itaipu Binacional - FIBRA.

Sem aplicações de longo prazo não se faz desenvolvimento; sem desenvolvimento não se geram empregos. E sem poupanças de longo prazo não se faz, obviamente, aplicações de longo prazo.

As aplicações financeiras dos fundos de pensão geram empregos para os trabalhadores, capital para as empresas produzirem e impostos para o governo, estes oriundos do trabalho, da produção e do consumo.

3.6. REGULAMENTAÇÃO FISCAL

A normatização, coordenação, supervisão, fiscalização e controle de todas as atividades das entidades fechadas de previdência complementar são realizadas por um órgão fiscalizador através da Lei Complementar 109 e está no art 5º desta mesma lei. Essa lei diz ainda através do art. 74 que fica mantida a estrutura da lei 6.435/77, ou seja: Sobre as entidades fechadas de previdência complementar são subordinadas ao Ministério da Previdência e Assistência Social, Conselho de Gestão da Previdência Complementar (órgão regulador) e Secretaria de Previdência Complementar (órgão executivo). A Lei Complementar 109 é bastante severa, nela está exposta disciplina que dão sanções civis, administrativas e penas aos dirigentes das fundações. Caso seja necessário, os administradores os procuradores que tem poderes de gestão e até os membros dos conselhos responderão civilmente por danos causados ou prejuízos que por ventura venha ocorrer por culpa ou omissão deles. Também respondem judicialmente, os atuários, os auditores independentes, os avaliadores de gestão e qualquer outro profissional que venha a prestar serviços técnicos a entidade. Nessa sanção disciplinar pode ocorrer advertência ou até mesmo, suspensão do exercício das atividades pelo prazo de 180 dias. As infrações ocorrerão mediante processos administrativos, disposto na lei 9.784/99.

As entidades fechadas de previdência complementar foram regulamentadas no Brasil com a imunidade tributária, pois em 1977 vigorava a Constituição de 1967 (com a EC 1969), cujo art.19, inciso III, outorgava imunidade às "instituições de Assistência Social". Nos termos da Lei nº 6.435/77, as entidades fechadas eram "Complementares as regime oficial de previdência e assistência social" (art.34) e consideradas, para efeito do tratamento tributário, entidades de assistência social" (art.39, par.3º).No entanto, o decreto lei nº 2065/83 revogou o referido art.39 da lei nº 6.435/77 e determinou a cobrança de imposto de renda sobre os "ganhos de capital" nas aplicações de renda fixa e variável de tais entidades. Fundos de Pensão em Debate 2002 pg;34.

4. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:

Todas as contribuições recebidas pelos fundos de previdência, não podem ficar paradas sem serem aplicadas em alguns investimentos, senão a contribuição perderia o seu valor ao longo do tempo. Essas contribuições precisam ser capitalizadas, aplicadas no mercado financeiro onde consigam retornar com valor bem superior ao que foi aplicado, isso para garantir o pagamento futuro dos benefícios que foi prometido aos participantes pela entidade. O CMN – Conselho Monetário Nacional é o órgão responsável pelas diretrizes desses investimentos, está no (art.9º ,parágrafo 1º). Para garantir que não haja mais abusos por parte de políticos governamentais como no passado, a nova legislação vedou o estabelecimento de aplicações compulsórias, ou seja, limites mínimos de aplicações. (art. 9º parágrafo 2º). As políticas de investimentos das entidades fechadas de previdência complementar estão definidas na Resolução CMN – nº 2.829/01 com alterações posteriores. Tal resolução abriu os segmentos em quatro tipos, são eles: De renda fixa, de renda variável, de imóveis e de empréstimos e financiamentos. Então, o CMN (Conselho Monetário Nacional), em conjunto com os multiplanos, previstos na Lei 109 estipularam alguns limites que podem variar conforme o perfil do plano. Isso fez com que os fundos de pensão sem comprometer sua atividade-fim, ou seja voltada exclusivamente para pagamento de benefícios futuros previdenciários, podem fazer de sua atividade meio, que é a capitalização de reservas um poderoso instrumento de financiamento da atividade produtiva da entidade.

A Lei Complementar 109, ainda não apresenta um regime tributário que seja adequado para as entidades de previdência privada fechada, já que ela não dispõe sobre o tratamento de tributos que incidem sobre os rendimentos de aplicações das entidades de previdência complementar. Ela limita-se a garantir somente párea efeito de cálculo de imposto de renda, a dedutibilidade das contribuições ao plano seja pelos participantes, pessoa física, seja pela pessoa jurídica da entidade que contribuiu para o custeio do plano, na forma da legislação específica do imposto de renda. A lei 109 estabelece que quando se transfere recurso de um plano para outro, a conhecida portabilidade, não seja tributado nada na transferência de natureza.(art. 69, parágrafo 2º). Segundo Devanir da Silva, especialista em previdência complementar, Superintendente Geral da Associação Brasileira das Entidades

Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), diz ele que o primeiro país do mundo a formar, organizar sua previdência foi a Alemanha, com Bismarck. Foi a partir desse fato que se espalhar por toda europa, indo depois para o restante dos continentes. Criou-se um modelo de previdência básica estatal, e foi acrescida então a Previdência Complementar e a individual, assim ficou existindo uma responsabilidade entre a previdência que repartir com o estado e os cidadãos o compromisso para o futuro. No Brasil o INSS é o órgão que garante ainda a maior parte da população uma pequena renda mensal, e por isso muitas pessoas aderem aos planos de benefícios em instituições de previdência aberta. Aproximadamente 35 milhões de brasileiros dos setores públicos e privados participam como contribuintes desse plano de benefícios social INSS. Existem hoje 26 milhões de trabalhadores gozando do benefício do previdência social no país. Os fundos de pensão que as empresas organizam aos seus empregados, juntos com seus sindicatos constituem um forte esquema de planos de capitalização onde no futuro irá garantir uma aposentadoria mais digna às pessoas. Todos os planos tem uma categoria que pode ser Benefício Definido, Contribuição Definida ou plano misto.

4.1 PLANO DE CONTAS PADRÃO - SPC

O plano de contas das EFPP segue uma estrutura padrão. Essa padronização é normatizada pela SPC e o objetivo é racionalizar procedimentos e uniformizar as demonstrações contábeis.

Isso facilita a comparabilidade patrimonial e dos resultados obtidos pelas entidades. A formatação a seguir é estabelecida através da Resolução CGPC nº 5/2002, alterada pela Resolução CGPC nº 10/2002.

<u>Código</u>	<u>Conta</u>	<u>Programa de Origem</u>
1.	ATIVO	-
1.1	Disponível	Investimentos
1.2	Realizável	-
1.2.1	Programa Previdencial	Previdencial
1.2.2	Programa Assistencial	Assistencial
1.2.3	Programa Administrativo	Administrativo
1.2.4	Programa de Investimentos	Investimentos
1.3	Permanente	Administrativo

1.3.1	Imobilizado	Administrativo
1.3.2	Diferido	Administrativo
2.	PASSIVO	-
2.1	Exigível Operacional	-
2.1.1	Programa Previdencial	Previdencial
2.1.2	Programa Assistencial	Assistencial
2.1.3	Programa Administrativo	Administrativo
2.1.4	Programa de Investimentos	Investimentos
2.2	Exigível Contingencial	-
2.2.1	Programa Previdencial	Previdencial
2.2.2	Programa Assistencial	Assistencial
2.2.3	Programa Administrativo	Administrativo
2.2.4	Programa de Investimentos	Investimentos
2.3	Exigível Atuarial	Previdencial
2.3.1	Provisões Matemáticas	Previdencial
2.3.2	Provisões para ajuste do plano	Previdencial
2.4	Reservas e fundos	-
2.4.1	Equilíbrio técnico	Previdencial
2.4.2	Fundos	Previdencial
2.4.2.1	Programa previdencial	Previdencial
2.4.2.2	Programa assistencial	Assistencial
2.4.2.3	Programa Administrativo	Administrativo
2.4.2.4	Programa de Investimentos	Investimentos
3.	PROGRAMA PREVIDENCIAL	Previdencial
3.1	Recursos coletados	Previdencial
3.2	Recursos utilizados	Previdencial
3.3	Constit./reversões de conting.	Previdencial
3.4	Transferências interprogramas	Previdencial
3.5	Const./reversões de prov.atuariais	Previdencial
3.5.1	Provisões matemáticas	Previdencial
3.5.2	Provisões para ajuste do plano	Previdencial
3.6	Constituições/reversões de fundos	Previdencial
3.7	Superavit/déficit técnico do exerc.	Previdencial

3.9	Operações transitórias	Previdencial
4.	PROGRAMA ASSISTENCIAL	Assistencial
4.1	Recursos coletados	Assistencial
4.2	Recursos utilizados	Assistencial
4.3	Const./rever. De contingências	Assistencial
4.4	Transferências interprogramas	Assistencial
4.6	Const./rever. De fundos	Assistencial
4.9	Operações transitórias	Assistencial
5.	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	Administrativo
5.1	Receitas	Administrativo
5.2	Despesas	Administrativo
5.3	Const./rever. De contingências	Administrativo
5.4	Transferências interprogramas	Administrativo
5.6	Const./rever. de fundos	Administrativo
5.9	Operações transitórias	Administrativo
6.	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	Investimentos
6.1	Rendas/variações líquidas	Investimentos
6.3	Const./rever. De contingências	Investimentos
6.4	Transferências interprogramas	Investimentos
6.6	Const./rever. De fundos	Investimentos
6.9	Operações transitórias	Investimentos
7.	ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	-

Essa é a estrutura de um plano de contas de uma entidade fechada de previdência privada fechada fornecida pelo SPC – Sistema de Previdência Complementar. Dentro dessa estrutura podemos e devemos abrir contas analíticas sempre respeitando a ordem do grupo das contas. O grupo de Ativo e do Passivo formam as contas Patrimoniais, e as contas dos grupos dos programas Previdencial, Assistencial, Administrativo e de Investimentos, formam as contas de resultado. Com essa estrutura formada, podemos montar um balanço patrimonial e a DRE. Essa estrutura está vigente, mais já se estuda uma nova alteração para o plano de contas a partir do ano de 2009.

4.2 CONVENÇÃO DO MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS

As Entidades Fechadas de Previdência Privada também seguem essas convenções, esse método das partidas dobradas que possibilita efetuar os registros de eventos contábeis praticados pela contabilidade. Esse método surgiu no século XV na Itália e foi exposto pelo Frei Luca Pacciolo em 1494. Devida a necessidade de mensuração do patrimônio das pessoas, onde se considera a entrada e saída de recursos do patrimônio, onde poderia ter aumento ou diminuição conforme ocorrido no fato contábil. Assim surgiu também o conceito de **dever**, que corresponde ao débito, e **haver** que corresponde ao crédito ou créditos cujo a soma seja igual, ou vice-versa. Exemplo:

<u>GRUPO</u>	<u>AUMENTA</u>	<u>DIMINUI</u>
Ativo	Com Débito	Com Crédito
Passivo	Com Crédito	Com Débito
Patrimônio Líquido	Com Crédito	Com Débito
Receita	Com Crédito	Com Débito
Despesa	Com Débito	Com Crédito

Esse método ficou conhecido no ano de 1.494 em Veneza, e até hoje se usa esse método. Assim, obedecendo essas regras é feita a contabilização dos atos e fatos que podem ser permutativos ou não, modificativos ou não. Os fatos contábeis são o registro dos eventos que podem produzir aumento ou diminuição no patrimônio, isso vai depender da característica do fato que foi praticado.

4.3. PORTABILIDADE

A portabilidade foi e é uma instituição criada para beneficiar os participantes dos fundos de pensão, mas que ainda gera muitas dúvidas. Numa entrevista em uma Rádio sobre Previdência, o secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, o sr. Ricardo Pena, falou e esclareceu sobre os principais pontos da portabilidade. Para o secretário, a portabilidade é um instituto que foi introduzido pela Lei Complementar Nº 109, de 29 de Maio de 2001, e que permite ao participante de um fundo de pensão transferir todos os recursos acumulados em um plano daquele fundo, quando ele muda para outro fundo. “Então, é o direito que ele tem de portar, de transferir esses recursos”, afirmou o secretário Pena. O secretário

de Previdência Complementar lembra ainda que, antes da Lei, o participante perdia a parte da contribuição depositada pela empresa para sua aposentadoria, e só podia transferir a sua própria contribuição. “A partir da regulamentação da Lei Complementar 109, em outubro de 2003, o participante pôde efetivamente portar esses recursos para uma outra entidade, para um plano da nova empresa”, explicou. No entanto, diz Ricardo Pena, o trabalhador não pode sacar os recursos do fundo e transferi-los pessoalmente para outro fundo de pensão. “Esse recurso não passa pela mão do participante, exatamente para preservar o caráter previdenciário, porque existe o risco de ele querer utilizar esse recurso, e então ele perderia toda aquela poupança, aquele esforço que fez para sua aposentadoria”. Para Ricardo Pena, a portabilidade representa uma grande conquista para os participantes dos fundos de pensão. Segundo o secretário Pena, antigamente podíamos imaginar um trabalhador vinculado a uma única empresa durante toda a sua vida profissional. Atualmente, essa dinâmica é diferente, porque o participante fica, em média, até 10, 15 anos em uma empresa, e busca sua ascensão pessoal e profissional em outra empresa.

O secretário Ricardo Pena explica que para o participante poder optar pela portabilidade, são necessárias algumas exigências mínimas. Ele só pode optar quando cessa – termina o seu vínculo empregatício com a empresa. “E também no caso de um plano instituído, a partir do vínculo associativo, o participante deve cumprir uma carência mínima de três anos de vinculação ao seu plano, assim isso tudo tem que estar previsto no contrato do plano”. Ainda de acordo com o secretário Pena, nem todos os planos de benefícios oferecem a instituição da portabilidade, pois a legislação e a regulamentação procuraram dar um corte no tempo, dos planos mais antigos e também dos planos mais novos. No caso dos planos mais antigos, principalmente no caso do benefício definido, procurou-se preservar as regras impostas pelo regulamento, e até para não se gerar algum efeito que trouxesse intranquilidade para aquele contrato. Para os planos a partir de maio de 2001 é que se criou obrigatoriamente esse instituto.

Num modo geral entre as fundações, portabilidade é a maneira pela qual se pode portar, levar seus recursos de uma entidade para outra sem ter prejuízo e dentro da lei. Via de regra, a portabilidade é praticada entre entidades distintas, ou seja; entre diferentes entidades fechadas ou até mesmo entre as abertas ou vice versa. A

portabilidade está condicionada ao fim do contrato de trabalho do participante. Isto é opcional aos participantes que venham a se desligar da entidade e que vão entrar em outra do mesmo ramo. Por exemplo: caso eu queira sair de Fundação e entrar em outra fundação por exemplo, caso eu tenha condições para isso é lógico, poderei portar minha reserva de poupança para a outra Fundação sem precisar para imposto de renda. A portabilidade tem algumas restrições, por exemplo, deve-se verificar se o plano foi instituído antes ou depois da lei ser criada. A adoção da portabilidade é mais compatível com os planos de aposentadoria na modalidade de contribuição definida. A portabilidade não é resgate, o participante não tem contato com o dinheiro que está sendo transferido de uma entidade para outra, então não incide nenhum tipo de tributação.

4.4. RESGATE DE POUPANÇA

O resgate acontece quando o participante se desliga da entidade, do plano de benefício. Então ele pode resgatar toda a contribuição feita até o presente momento da rescisão contratual, descontada as parcelas para o custeio do plano. No momento em que o participante resgate o dinheiro colocado no plano, ele vai pagar imposto de renda sobre esse resgate. No caso de planos patrocinados existe ainda uma opção de autopatrocínio, instituto pelo qual o participante ao se desligar do empregador pode assumir além das contribuições dele, a contribuição também do patrocinador, isso para que ele continue mantendo um vínculo com o plano.

4.5. CONSELHO DELIBERATIVO

Para estar dentro das normas, as entidades precisam ter um conselho Deliberativo, um conselho Fiscal e uma diretoria executiva. O Conselho Deliberativo é chamado também por conselho de administração ou conselho de curadores e está acima da diretoria executiva. Os representantes do conselho deliberativo devem atender à alguns requisitos mínimos, e sem que prejudiquem outros que por ventura estejam no estatuto. Uma delas é que o representante deve possuir conhecimento nas áreas, administrativas, contábil, jurídica e financeira e também de fiscalização ou auditoria. Não pode ter sofrido nenhuma sanção criminal. O Conselho Deliberativo é o órgão máximo de uma estrutura organizacional, ele é o responsável pela definição da

política geral da administração das entidades e de seus planos de benefícios. Esse conselho é composto por seis membros, ele será representante dos assistidos e dos patrocinadores. Para a escolha dos representantes dos participantes assistidos, é feita por uma eleição direta. Caso o Conselho Deliberativo de uma entidade precise ou queira ter mais que seis representantes, será necessário uma autorização expressa do órgão regulador e fiscalizador. Os membros tem um mandato de quatro anos e com garantia de estabilidade, porém caso precisem podem se afastar a qualquer momento, por um pedido escrito.

Embora a Lei Complementar nº109/01 não tenha elencado as atribuições do conselho deliberativo (ao contrário do que fez a Lei Complementar nº 108/01), os estatutos das entidades fechadas de previdência complementar geralmente delegam ao referido órgão a definição da política geral de investimentos, a competência para alterar estatutos e regulamentos, a autorização para operações de maior vulto, a aprovação de ingresso ou retirada de patrocinadores (e instituidores) e a apreciação de recursos contra decisões da diretoria executiva. Fundos de pensão em debate 2002, pg25.

4.6. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é um órgão encarregado de fiscalizar as contas da entidade de previdência e de seus planos de benefícios previdenciários competindo geralmente aos membros do conselho fiscal a conferência dos balanços contábeis, dos números aplicados nos investimentos, auditorias, que podem ou não ser solicitadas por esse conselho, e das avaliações atuariais. Podemos até mesmo dizer que o conselho fiscal exerce um papel de controle interno dentro da entidade, analisando, conferindo e avaliando as contas da mesma, assim como se pronunciando através de pareceres. A Lei Complementar nº 109/01 assegura aos participantes e assistidos ao menos 1/3 (um terço) dessas vagas para fazer parte desse conselho. O Conselho Fiscal é órgão de controle interno das entidades. A composição do Conselho Fiscal é de quatro integrantes no máximo. Será paritária entre os representantes dos patrocinadores e dos participantes assistidos. Também caso seja necessário aumentar esse numero de membros do Conselho Fiscal, a entidade pode através de uma autorização do órgão fiscalizador fazer com que mais representantes façam parte do Conselho Fiscal. O mandato dos membros do Conselho Fiscal também é de quatro anos, mais é vedada a redução desse período.

4.7. DIRETORIA EXECUTIVA

Essa Diretoria é o órgão responsável pela administração das entidades, conforme o Conselho Deliberativo traçou. Assim como o conselho deliberativo e o conselho fiscal, a diretoria executiva ainda deverá ter nível superior. Dentro desse conselho será escolhido um dos representantes para ser o responsável pelas aplicações dos recursos da entidade de previdência, e o nome será informado ao órgão fiscalizador e analisador. Todos os que fazem parte dos conselhos, podem ser remunerados, não que seja obrigatoriamente, mais se a entidade julgar necessário podem fazê-lo, aplicando assim a legislação vigente. A composição dessa diretoria será de no máximo seis membros, isso será definido em função do patrimônio da entidade e também do número de participantes e assistidos. A forma da composição dos membros da diretoria, deverá ser prevista no estatuto da entidade, e sem deixar de obedecer a lei complementar 108/01 que trata desse assunto.

São requisitos mínimos para fazer parte dessa diretoria:

- Comprovar experiência na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, fiscal e atuarial de auditoria;
- Não ter sofrido nenhuma condenação criminal transitada em julgado;
- Não ter sofrido nenhuma penalidade administrativa dentro da legislação de seguridade social, inclusive da Previdência Complementar ou até mesmo como servidor público.
- Ter formação de nível superior

Os membros da Diretoria Executiva responderão solidariamente com todos os dirigentes da entidade por danos ou prejuízos causados à entidade para os quais tenham concorrido. Um fato muito importante é que após dose meses do desligamento do cargo na entidade, o ex-diretor não poderá prestar direta ou indiretamente qualquer tipo de serviço às empresas do sistema financeiro que impliquem a utilização das informações a que teve acesso quando era diretor sob a pena de responsabilidade civil e penal.

4.8. REGIME DE TRIBUTAÇÃO

As fundações de um modo geral, têm um regime de tributação semelhante entre si. Elas recolhem mensalmente Pis e Cofins sobre receitas administrativas mensais, ou seja: 4% de Cofins e 0,65% de Pis. Para se calcular o valor desses impostos usamos essa planilha abaixo como exemplo. Usa-se todos os meses para fazer o cálculo correto e assim recolher todo dia 20 de cada mês, porém se esse dia cair num final de semana, deverá ser recolhido no 1º dia útil anterior ao final de semana. A linha do faturamento, é a soma dos programas previdencial, programa assistencial, programa administrativo e o programa de investimentos. Utiliza-se a coluna dos créditos menos a coluna dos débitos para se obter o valor, porém sabemos que as fundações não visam lucro, logo, não tem faturamento. Mais para efeito do cálculo dos impostos isso não influencia. No programa previdencial o valor é as contribuições dos participantes naquele mês. No programa assistencial, está zerado pois a nesse exemplo, a fundação não tinha movimento. O programa administrativo é quando se tem entrada eventual como por exemplo a venda de um bem do ativo permanente. No programa de investimentos é a receita das aplicações financeiras feitas para garantir uma rentabilidade positiva para que as contribuições dos participantes não fiquem sem serem corrigidas.

PLANILHA DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS - exemplo hipotético

2008	JANEIRO	FEVEREIRO
(1) FATURAMENTO (soma das contas):	(19.568.363,82)	47.327.673,08
Programa Previdencial		
3.1.0.0.00.00 RECEITAS (movimento a crédito - movimento a débito) 3501	6.084.213,76	7.364.379,14
Programa Assistencial		
4.1.0.0.00.00 RECEITAS (movimento a crédito - movimento a débito) 4156	-	-
Programa Administrativo		
5.1.0.0.00.00 RECEITAS (movimento a crédito - movimento a débito) 4311	-	-
Programa de Investimentos		
6.1.0.0.00.00 RECEITAS (movimento a crédito - movimento a débito) 5167	(25.652.577,58)	39.963.293,94
(2) EXCLUSÕES:	(20.238.619,69)	46.365.528,48

Parcela das contrib. destinadas à constit. de provis.ou res. matemática,
obtida através da operação:

3.1.0.0.00.00 RECEITAS (movimento a crédito - movimento a débito)	6.084.213,76	7.364.379,14
(-) 3.4.2.3.01.00 TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS - PROGRAMA ADMINISTRATIVO (movimento a crédito - movimento a débito) 3532	(670.255,87)	(582.770,62)
Rend. auferidos nas aplic.financ. destinadas ao pagamento de benefícios de aposentadoria, pecúlio e de resgate, obtido através das operações:		
6.1.0.0.00.00 RECEITAS (movimento a crédito - movimento a débito)	(25.652.577,58)	39.963.293,94
(-) 6.3.2.2.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS - PROGRAMA ASSISTENCIAL (movimento a crédito - movimento a débito) 8272 e 8303	-	-
(-) 6.4.2.3.02.00 TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS - PROGRAMA ADMINISTRATIVO (movimento a crédito - movimento a débito)	0	(379.373,98)
(3) PIS BASE DE CÁLCULO: (1) - (2)	670.255,87	962.144,60
(4) PIS DEVIDO: 0,0065	4.356,66	6.253,94
(4.1) PIS DEPOSITADO JUDICIALMENTE		
(4.2) DIFERENÇA PIS A DEPOSITAR		
(5) COFINS DEVIDO: 0,03 X (3) Cofins passou a 4% em 09/2003	26.810,23	38.485,78
(5.1) COFINS DEPOSITADO JUDICIALMENTE		
(5.2) DIFERENÇA DE COFINS A SER DEPOSITADO JUDICIALMENTE		
TOTAL A RECOLHER DE PIS E COFINS	31.166,90	44.739,72

Como em outras empresas, as fundações também têm outras obrigações, como por exemplo. Elas recolhem IRRF, ISS, Pis/Cofins/Csll, e contribuição sindical. A Lei 109/2001 não apresenta um regime tributário adequado para as fundações, já que nele não tem nada escrito sobre isso. Essa Lei 109/01 apenas limita-se a garantir para efeito da base de cálculo do imposto de renda, uma dedutibilidade das contribuições vertidas no plano, seja do patrocinador, seja do participante que contribui para o custeio do plano.

As entidades fechadas de previdência complementar foram regulamentadas no Brasil com a imunidade tributária, pois em 1977 vigorava a Constituição de 1967 (com a EC de 1969), cujo art.19, inciso III, outorgava imunidade às "instituições de assistência social". Nos termos da Lei nº 6.435/77, as entidades fechadas eram " complementares ao regime oficial de previdência e assistência social" (art.34) e consideradas, para o efeito de tratamento tributário, entidade de "assistência social" (art.39, parágrafo3º). No entanto, o decreto lei nº 2.065/83 revogou o referido art. 39 da lei nº 6.435/77 e determinou a cobrança de imposto de renda sobre os "ganhos de capital" nas aplicações de renda fixa e renda variável das tais entidades. Fundos de Pensão em Debate 2002 p,34 e 35.

Para se entender melhor sobre a forma de tributação dos fundos de pensão, precisamos conhecer os outros tipos de fundos, saber o que é uma previdência privada. Vejamos alguns exemplos:

O que é previdência privada? Previdência privada é uma aposentadoria que não está ligada ao sistema do Instituto Nacional do Seguro Social - (INSS). Ela complementa à previdência oficial. Todo setor de previdência privada é fiscalizado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), órgão do governo federal. Qual será a diferença em relação à Previdência Social? É que nos planos de previdência privada, é possível escolher o valor da contribuição que se quer contribuir e a periodicidade em que ela será feita. Então, uma pessoa pode contribuir com R\$ 500 uma vez por ano, por exemplo. É lógico que o valor que receberá quando começar a fazer uso dessa previdência será proporcional ao que contribuiu. Além disso, o valor que se investe em um plano de previdência privada pode ser resgatado pela pessoa se ela desistir de continuar no plano. No momento em que é escolhido um plano, é importante estar atento à forma de cobrança dos impostos. Independente do plano, existe ainda opção por duas formas de tributação. Uma delas é a tabela regressiva, que nos permite o resgate do dinheiro de uma só vez. A outra forma é a tabela de impostos progressiva, que é mais vantajosa para aquelas pessoas que querem receber a quantia investida em forma de parcelas mensais e não resgatar o dinheiro todo numa só parcela. A simulação a seguir, feita pela

Brasilprev, vai nos ajudar a entender melhor: uma pessoa de 22 anos que vá se aposentar aos 52 anos, ou seja, 30 anos depois, e faz um investimento único de R\$ 30 mil. Caso retire o dinheiro em apenas um saque único aos 52 anos:

Valor bruto: R\$ 285.632,61 Valor líquido com tributação progressiva: R\$ 219.749,94

Valor líquido com tributação regressiva: R\$ 258.953,95. Caso essa pessoa faça a opção por renda temporária de 20 anos: O valor bruto: R\$ 1.266,86 por mês Valor líquido com progressiva: R\$ 1.266,86 Valor líquido com regressiva: R\$ 1.152,62

Sobre o contrato: O regime tributário usado deve constar no contrato. Além disso, antes da assinatura do documento, a entidade que oferece o plano deve informar aos clientes sobre essas opções. Quais são os outros tipos de previdência privada que existem? Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) – Ele é recomendado para pessoas com renda mais alta, aqueles que ganham pois o valor pago ao plano pode ser abatido no Imposto de Renda (desde que esse valor represente até 12% de sua renda bruta anual). Porém, quando o dinheiro é sacado, o imposto pago é referente ao total que havia no fundo. Por exemplo, se esse valor for de R\$ 500 mil, o imposto será cobrado sobre ele. Um outro plano é Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) – A sua diferença para o PGBL é que ele não pode ser abatido no Imposto de Renda. Mais, quando o dinheiro é sacado, o imposto cobrado é referente ao que o dinheiro investido rendeu. Vamos ao exemplo: se a quantia que há é de R\$ 800 mil, mas o rendimento que houve ao longo do plano foi de R\$ 500 mil, o imposto cobrado será referente a este último valor. Esse plano é indicado para pessoas que têm renda menor e que, por isso, declaram imposto nos formulários simplificados ou nem declaram imposto. Nos planos de previdência privada, podemos escolher se a renda recebida será por um determinado período ou se ela será vitalícia. Quem faz o plano também pode determinar que os filhos e a mulher continuem recebendo a renda se ele morrer. Quando uma pessoa inicia um plano PGBL ou um plano VGBL pode atrelar esse a seu plano um pecúlio por morte ou invalidez. Essas opções são como um seguro. No primeiro caso, quando uma pessoa que paga morre, o dinheiro acumulado é dado à família do contribuinte. No segundo caso, se a pessoa contribuinte que paga perde suas condições de trabalho, o dinheiro é pago a ela mesma. Como achar as entidades que oferecem planos de previdência privada? É só entrar no site da Susep, e lá é possível encontrar todas as entidades credenciadas a realizar planos de previdência privada. Nessa página, também há

como simular quanto será o benefício recebido de acordo com entidade e plano de previdência escolhido. As informações estão separadas em VGBL e PGBL. Agora quais são os requisitos necessários para que possamos iniciar um plano de previdência privada? Não existe idade mínima nem necessidade de comprovação de renda. Qualquer um pode iniciar um plano. Por exemplo, uma criança pode ter uma previdência privada iniciada pelos pais. Antes de começar, é importante saber que esse é um investimento de longo prazo. Quais são as taxas cobradas? As entidades de previdência complementar costumam cobrar três tipos de taxas dos participantes: carregamento (sobre cada contribuição), gestão (anual) e saída (no momento do resgate). Hoje, o mercado trabalha com taxas de carregamento sobre o valor de cada contribuição chamado (aporte). Portanto, dependendo da instituição, um cliente que aplique mensalmente R\$ 3.000 na previdência complementar acumulará no final de um ano (sem considerar os rendimentos dos fundos) entre R\$ 36 mil (taxa de 0%) Também incide sobre a reserva acumulada uma taxa de gestão. Ela varia no mercado nacional brasileiro de 0,5% a 4% ao ano e incide sobre o patrimônio acumulado no fundo. Esse custo não pode deixar de ser considerado na hora da escolha do produto. As taxas de saída são de 0,38% em relação ao valor acumulado. Algumas empresas optam por não cobrar a taxa de saída sobre o resgate das aplicações.

4.9. SEGMENTOS DE RENDA FIXA

A Renda fixa representa em torno de 66% do total investido pela empresa aqui exemplificada, em 31/05/2008. Isso por que a empresa é regida pela SPC e tem uns percentuais a seguir, mesmo querendo aplicar mais nesse fundo ela não pode porque diz na política de investimentos 2007: Em atendimento a Resolução CGPC nº 23 de 06 dez. 2006.

- **Segmento de Renda Fixa:** Índice de Mercado Andima (IMA), que pondera os indexadores dos títulos públicos disponíveis no mercado. Para o índice adotado por essa fundação fictícia, foi considerada uma alocação específica da carteira de Renda Fixa, nos diversos grupos de indexadores indicada no estudo de ALM;

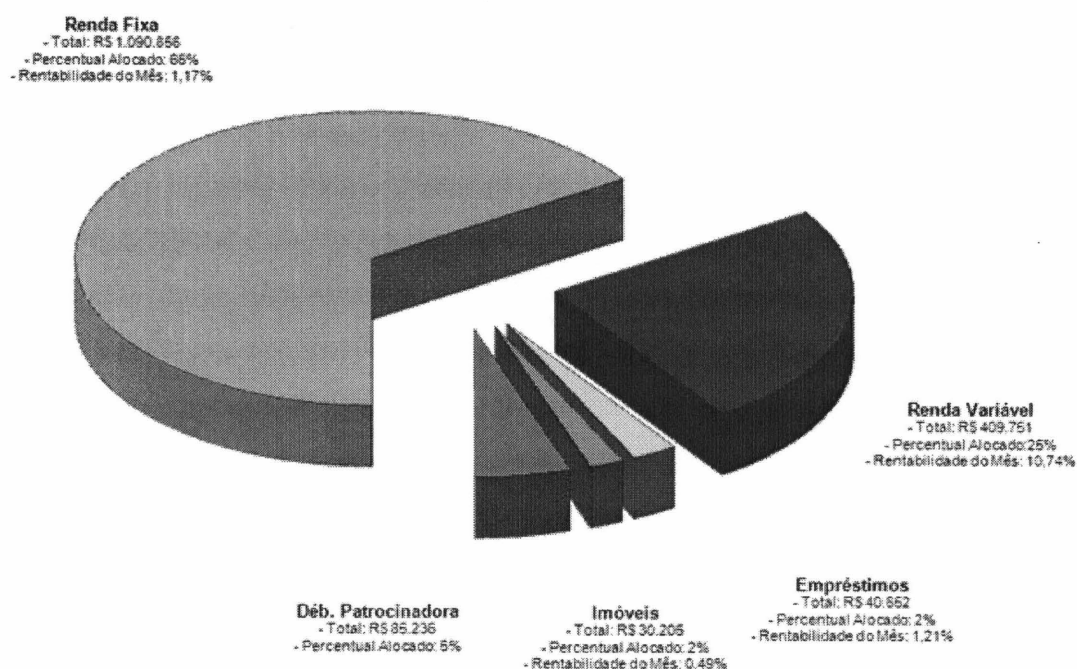
Segmento Investimento Mínimo Máximo Alvo

Renda Fixa de Baixo Risco de Crédito 50,00% 75,00%

Limite Máximo de Diversificação

Segmento de Renda Fixa (VaR): Até 100% da variação do CDI, para um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de tempo de 21 dias úteis; Então por ser uma aplicação de baixo risco, a rentabilidade não é tão boa quanto a de outros investimentos, como por exemplo de renda variável, porém o risco é praticamente zero. Abaixo um pequeno demonstrativo dos valores aplicados e que estão tendo estabilidade.

Em 31/05/2008: R\$ 1.656.700.032,93



4.10. SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

- **Segmento de Renda Variável:** Será utilizado o benchmark híbrido: 40% IBOVESPA + 60% IBRX-50; Com base nos estudos realizados da carteira de investimentos e do passivo atuarial, a Política de Investimentos definiu as seguintes alocações para o segmento de renda variável:

- Carteira de Ações: 25%, com um limite de 5% para mais ou para menos, de forma a ser realizado um balanceamento na carteira, caso os limites superiores ou inferiores sejam atingidos.
- Carteira de Participações: 2% a 4% dos recursos totais, com ponto ótimo em 3%;

c) Carteira de Renda Variável - outros: 0% a 3% dos recursos totais, com ponto ótimo em

1,5%; Renda Variável Empresas com IGC/Bovespa 22,00% 37,00% 29,50%

A carteira de renda variável corresponde a 26% do total de investimentos dessa empresa em 31/05/2008.

4.11. SEGMENTO DE IMÓVEIS

- **Segmento de Imóveis:** 0,9% no mês do valor contábil da carteira de Imóveis disponíveis para locação;

A carteira de imóveis corresponde a 2% do total investido pela empresa em destaque. Na carteira de imóveis dessa empresa está contido alguns andares de um edifício qualquer- nesse caso, Shopping Itália.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Para os fundos de pensão, a governança corporativa ainda tem prioridade. Como os fundos de pensão são investidores de longo prazo, isso faz com que seja uma estratégia importante de composição das carteiras de investimentos. Para os fundos não importa a especulação de investimentos à curto prazo. Para os fundos, o que interessa mesmo é ter certeza no que se está investindo, para no futuro ter um rendimento bom, valoroso. Esta segurança que os fundos tem, é dependente da governança corporativa. Entre todos aqueles que tem relação com o universo empresarial, à uma preocupação nesse sentido de governança corporativa. Não se pode descuidar e deixar que vire comodismo essa prática, isso é algo muito novo. Na verdade, esse conceito resume e também abrange uma série de valores, como por exemplo; transparência, confiabilidade e qualidade de todas as informações, equilíbrio, relacionamento entre sócios, profissionalismo etc. Para os fundos de pensão, é um grande desafio consolidar essas informações, esses valores nos estatutos, nas estratégias das empresas, por causa de vícios do passado. Precisamos convencer os administradores dos fundos de pensão das vantagens que esse processo pode fornecer. Antigamente, os fundos de pensão eram meros investidores no mercado financeiro, não conheciam a fundo o ramo de negócio em que estavam envolvidos, ou tinham poucas informações sobre o assunto. Hoje os

fundos não são mais simples investidores, são sim, importantes no papel desse processo complicado de investimentos. "

Somando-se a capacidade técnica gerada pelo volume de participações e o interesse estratégico que converge com os interesses do mercado, os fundos habilitam-se como os principais impulsionadores das boas práticas de governança". Fundos de Pensão em debate - 2002 - Coordenador Adacir Reis.

5.1. O PAPEL DO ATUÁRIO

As instituições de fundos de pensão que são ligadas ao seguro social ou privado, devem ter todos os seus planos avaliados por um atuário. Ele é a pessoa jurídica que nos dará segurança nos cálculos dos planos de benefícios. Ele é quem calcula o risco por morte de um participante por exemplo, ou então o quanto um participante receberá no final de sua contribuição, no final de seu plano antes da aposentadoria ou caso sai antes da empresa o valor que terá direito com participantes do fundo.

Conceito de atuário: É um técnico com formação superior especializado em matemática financeira que atua de um modo geral no mercado econômico financeiro, promove pesquisas e estabelece planos e políticas de investimentos em seguro privado e social, onde calcula probabilidade de eventos, avalia riscos e fixa prêmios, indenizações, benefícios e reservas matemáticas. O atuário é o responsável por fazer a avaliação dos compromissos dos planos de benefícios das entidades.

Para um atuário, as principais ferramentas de uso são:

Matemática financeira - Fator tempo

Tábuas de sobrevivência e mortalidade - Mede probabilidade de vida e de morte

Funções Biométricas - $P_x + Q_x = 1$

Informações estatísticas.

Uma das partes curiosa do atuário é a tabela de mortalidade e sobrevivência. Essa tabela de mortalidade é o instrumento que se destina a medir as probabilidades de vida e de morte das pessoas.

Vamos demonstrar numa tabela abaixo em maternidades, 10.000 nascimentos, e vamos acompanhar ano a ano até a completa extinção do grupo. Assim ficaria por exemplo, no 1º ano certo número de mortes igual a 35, no 2º ano 30 mortes, depois 20 mortes e assim por diante. Assim ficaria o resumo.

IDADE	EXPOSTO AO RISCO DE MORTE (SOBREVIVENTES)	MORTES	TAXA ANUAL DE MORTALIDADE
0	10.000	35	0,003500
1	9.965	30	0,03011
2	9935	20	0,002013
...
...
...
...
100	0	0	0

Então o cálculo da taxa anual de mortalidade seria dado por:

- Para idade 0 = $35 / 10.000 = 0,003500$
- Para idade 1 = $30 / 9.965 = 0,003011$
- Para idade 2 = $20 / 9.935 = 0,002013$

Somente para termos uma noção do cálculo atuarial nas EFPC.

5.2. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

É um Valor cobrado pela entidade para cobrir as despesas decorrentes da administração do plano. O custo de um plano depende exclusivamente da disposição contidas no seu regulamento da massa dos participantes. Cabe ao atuário estimar a concessão do custo desses benefícios. Algumas hipóteses devem ser levadas em consideração, ex: Indexador do salário de benefícios para atualizar esses valores, crescimento real de salário, variação esperada, recomposição do poder aquisitivo de valores informados, rotatividade de participantes desligados do plano etc. Todas as premissas são definidas pela patrocinadora ou (as) juntamente com o atuário responsável por esta entidade.

Verifica a hipótese de que há economias de escala presentes na administração de planos fechados de previdência privada no Brasil, utilizando três índices para medição do custeio administrativo das entidades fechadas de previdência privada

(EFPP): despesas administrativas sobre as receitas; despesas administrativas sobre o total de ativos e despesas administrativas por participante. Verifica as hipóteses de que o percentual de participantes assistidos sobre o total de participantes, indicando a maturidade do plano, e o número de planos geridos por uma mesma EFPP, exercem um efeito importante sobre os índices de custeio. Analisa o peso das despesas administrativas relativas à gestão dos investimentos no total do custeio de uma EFPP. O custeio administrativo difere do pagamento das despesas administrativas. Com efeito, o custeio obedece a uma lógica de orçamentária. Ou seja, ele é efetuado com base em uma previsão de despesas, que pode se realizar ou não. Caso o total dos valores arrecadados a título de custeio administrativo seja superior ao montante necessário para o pagamento das despesas administrativas, as sobras são creditadas no Fundo Administrativo. A finalidade básica desse Fundo é contribuir subsidiariamente para o custeio de despesas administrativas futuras do plano.

5.3. MARCOS LEGAIS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

1977	Lei 6.435 Dispõe sobre as entidades de previdência privada e o regime jurídico da previdência complementar
1978	Decreto 81.240 regulamenta a Lei 6.435 e cria a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e o Conselho de Previdência Complementar (CPC). Resolução 460 (CMN) - obriga as EFPP a ter, no mínimo, 25% de sua carteira em ações.
1983	Decreto Lei 2.065 altera a legislação do Imposto de Renda, retirando dos fundos de pensão a imunidade tributária.
1986	Resolução 1.168 (Bacen) - obriga as EFPP a aplicar 30% de seus recursos na compra de títulos públicos denominados no mercado de títulos com baixa liquidez e debêntures da Siderbras.
1988	Artigo 202 da Constituição - Inclui o sistema de previdência privada no texto constitucional.

1990	Lei 8.020 Regula o aporte de recursos por patrocinadoras estatais aos fundos de pensão, no Âmbito da administração pública federal.
1992	Decreto 606 - Regulamenta a Lei 8.020 de 1990, disposto sobre as relações entre as EFPP e suas patrocinadoras.
1994	Resolução 2.114 (Bacen/CMN) - Dispõe sobre a aplicação de recursos das entidades de previdência complementar, abolindo os limites mínimos.
1996	Decisão - Conjunta 1 (CVM-SPC) Regulamenta a aquisição e a alienação, pelas EFPP, de ações de emissão de companhias registradas para negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, mediante negociação privadas.
1998	Decisão conjunta 4 (CVM/SPC) Autoriza as EFPP a adquirirem valores mobiliários emitidos por companhias fechadas integrantes de programas de privatização estaduais ou municipais. Decisão conjunta 7 (VCM/SPC) - Dispõe sobre a faculdade das EFPP de utilizarem companhias abertas, exclusivamente na qualidade de veículos de investimento. Emenda constitucional 20 - Introduziu o sistema de previdência complementar na constituição.ç
2001	Lei 108 - A primeira específica para as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por estatais. Lei 109 - Traçou o regime de previdência complementar, previu os institutos da portabilidade, do benefício proporcional diferido, do resgate e do autopatrocínio, bem como a chamada previdência associativa. Decreto 3.721 - Altera idade mínima para aposentadoria no âmbito da EFPP. Resolução 2.829 (CMN) - Altera e consolida as normas que regulamentam a aplicação de recursos das EFPP.
2003	Decreto 4.678 - Alterou o numero de integrantes do CGPC.Resolução 3.121 (CMN) Altera e consolida normas que estabelecem as diretrizes pertinentes à aplicação dos recursos dos planos de benefícios das EFPP. Decreto 4.942 - Regulamenta o processo administrativo para apuração de

	<p>responsabilidade por infração à legislação, no âmbito da previdência complementar.</p> <p>Resolução 6 do CGPC - Dispõe sobre os institutos do benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e auto-patrocínio.</p>
2004	<p>Lei 11.053 - Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário.</p> <p>Lei 11.079 - Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada na administração pública.</p> <p>MP.233 - Criou a Previc Resolução 13do CGPC - Estabeleceu regras de governança, gestão e controle interno das EFPC.</p>
2006	<p>Resolução 23 do CGPC - Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas EFPC na divulgação de informações aos participantes e assistidos.</p> <p>Decreto 5.685 - Institui o Comitê de regulação e fiscalização dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e capitalização (Coremec).</p>
2007	<p>Resolução 3.456 do CMN - Definiu novas diretrizes de investimentos para as EFPC.</p>
2008	<p>Decreto 6.417 - Definiu nova estrutura para a SPC.</p>

6. CONCLUSÃO:

Foram dezesseis meses de estudos e pesquisas para que eu pudesse chegar a compreensão de todos os textos e livros analisados acerca do tema deste trabalho. A conclusão maior a qual pude chegar é a de que ainda a população tem muito à aprender. A previdência privada ainda é um tema muito complexo para estudo, uma vez que se apresenta de várias formas tanto aqui no Brasil, como no mundo. Entre nós a previdência privada é somente complementar, mas em vários países ela é tida como o principal regime de previdência. Aqui ela é complementar uma vez que complementa a proteção dada pela previdência social, visando o maior bem estar dos participantes dos fundos. Podemos verificar que o verdadeiro fim da previdência está em seu significado, ou seja, a Previdência visa precaver, antever riscos próprios da idade ou da atividade laborativa das pessoas. E é visando o bem estar dos trabalhadores que a previdência privada surge, dando uma complementação aos benefícios oferecidos pela previdência social, que infelizmente não tem sido suficiente para cobrir todas as despesas e principalmente garantir o mesmo padrão de vida do segurado quando este se encontrava na ativa. O surgimento do primeiro modelo de previdência que existiu no Brasil é datado de 1543, ainda quando o Brasil era chamado de colônia de Portugal. Este modelo previdenciário, pelo que nos é documentados pelos historiadores, era de previdência privada. Porém, muitos chegam a afirmar que, o primeiro modelo que tivemos de previdência privada se deu com a instituição a PREVI, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil S/A, que aconteceu em abril de 1904. A PREVI, existe até os dias atuais, embora sendo não mais acessíveis somente aos funcionários do Banco do Brasil, assim como a todos os acionistas do mesmo. Antes ela fazia parte do segmento fechado da previdência privada, hoje, como podemos notar ela abriu – se para o segmento aberto.

São Entidades Fechadas de Previdência Privada todas aquelas que são acessíveis exclusivamente aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores públicos dos entes denominados patrocinadores e aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter classista ou setorial denominadas instituidores. Elas são formadas por sociedades civis ou fundações. São Entidades Abertas de Previdência Privada e constituídas unicamente sob a forma de

sociedades anônimas e que tem por objetivo instituir planos de benefícios de caráter previdenciário, concedido em forma de pagamento único ou continuado, acessíveis a quaisquer pessoas físicas. Até meados de 1.977, não existia legislação que desse sustentabilidade ao regime de previdência privada, embora houvesse tido durante vários anos algumas tentativas frustradas de criação de uma lei a respeito desse tema. No mês de julho de 1977, finalmente conseguiu-se que o Congresso aprovasse uma lei, que regulamentasse esse assunto. A Lei n. 6435 definiu a competência dos órgãos do governo para normatizar e fiscalizar as empresas que instituíssem planos de benéficos de caráter complementar, então diferenciou o segmento aberto do segmento fechado dentre outros aspectos administrativos sobre o assunto. Esta lei nº 6.435 foi regulamentada posteriormente pelos Decretos n.81240/78, que regulamentou o segmento fechado, e a de n.81402/78 que regulamentou o segmento aberto. Após Alguns anos cresceu a busca por tais entidades como meio de assegurar uma velhice mais tranqüila, e infelizmente a legislação não acompanhou essas mudanças, principalmente no aspecto que daria maior confiabilidade ao regime. Em 1988, houve então a promulgação da nova Constituição Federal, que previu nos seus artigos 201 e 202 que a implementação da previdência privada se daria através lei complementar. Após se passarem quase doze anos é que foi aprovada a Lei Complementar n.109/2001, que instituiu o regime de previdência privada no Brasil. No ano de 2003, aprovou-se o Decreto n.4.206, que revogou o decreto 81240/77, e passou a regulamentar o regime fechado de previdência privada, tratando inclusive da responsabilidade dos administradores dos planos quanto à má administração dos mesmos e a quem cabe fiscalizar o bom andamento das instituições. Durante o decorrer do trabalho fiz questão de abordar esta evolução das entidades de previdência privada. Para tanto fiz um passeio pela história, retratamos aspectos importantes introduzidos pela Lei 6.435/77 e as também as inovações introduzidas pela Lei Complementar n.109/2001, como a portabilidade do direito acumulado, a possibilidade de manter – se no plano mesmo tendo sido demitido ou pedido demissão da empresa, assim como a de resgatar o valor pago desde que deduzidos os valores de administração. O principal objetivo deste trabalho foi alcançado, pois queria comprovar a viabilidade deste sistema de previdência e a segurança dada ao contratante de que ocorrendo o

risco ele estaria melhor protegido ao contratar um plano complementar à previdência básica, a previdência social.

Mostrei quais são os principais benefícios oferecidos pelas entidades, assim como não esqueci de analisar o papel das entidades em face à previdência básica. Fiz um estudo, como já disse acima, sobre os institutos previstos pela LC 109/2001, e como a previsão dos mesmos deu uma maior segurança a aqueles que querem contratar um plano.

Mas principalmente, concluí que o segurado não está protegido se fizer uso unicamente de um dos sistemas da previdência social, pois, nem a previdência básica sozinha é capaz de suprir todas as necessidades do contribuinte, nem a previdência privada, por mais fiscalizada que esteja sendo hoje, consegue dar 100% (cem por cento) de segurança aos associados. A solução para a previdência no Brasil está, em unir a previdência básica à privada, para que assim possamos ter os riscos inerentes a velhice ou infortúnios do trabalho reduzidos ao mínimo ou até mesmo anulados, e desta maneira garantirmos o bem-estar do segurado e daqueles que dele dependem. Então podemos sugerir como tema para um próximo trabalho científico a imunidade fiscal dada às entidades de previdência privada que fornecem serviços assistenciais a seus participantes sem ônus para os mesmos.

7. BIBLIOGRAFIA

- Coletânea das Principais Leis, Decretos, Normas e Atos relativos às EFPPs 2ª edição 1996 Abrapp Rogério Aguirre Neto
- Coletânea das principais Normas - Ministério da Previdência e Assistência e Assistência Social - MPAS - Secretaria de Previdência Complementar 1ª edição 2001 Solange Paiva Vieira - Waldeck Ornélas
- Coletânea de Normas dos Fundos de Pensão - Ministério da Previdência social - MPS - Secretaria de Previdência Complementar - SPC 2ª edição Previdência Social - 2006 - Adacir Reis e Mario Di Croce
- Coletânea de Normas dos Fundos de Pensão - Ministério da Previdência social - MPS - Secretaria de Previdência Complementar - SPC 3ª edição Previdência Social - 2007 - Leonardo André Paixão Secretario de Previdência Complementar
- Legislação da Profissão Contábil - Conselho Federal de Contabilidade 2003 -
- Atuaria para não atuários - ICSS - Sindapp - 1ª edição 2007 Newton Cezar Conde e Ivan Sant'ana Ernandes
- Fundamentos da Previdência Complementar - Da atuaria à Contabilidade - Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuarias e Financeiras. FEA/USP - Betty Lillian Chan / Fabiana Lopes da Silva e Gilberto de Andrade Martins - Fipecafi 2006
- Análise Contábil nos Fundos de Pensão - Dionísio Jorge da Silva 2007
- Fundos de Pensão - Geraldo Tosta de Sá - 1993
- O fomento da Previdência Complementar como instrumento para a inclusão social - SINDAPP 2003 - 24º Congresso brasileiro dos Fundos de Pensão
- Construindo o Futuro - 2004 - 25º Congresso brasileiro dos Fundos de Pensão
- Lei básica da Previdência Social - 2ª edição - Wladimir Novaes Martinez 1992
- Previdência Social - O MPAS e as entidades fechadas - 1985
- A Economia Política da Reforma da Previdência - MPS - 2001 - Traduções
- Revistas: Fundos de Pensão - Semanais
- Resolução CGPC nº05 de 30 de Janeiro de 2002
- Resolução CGPC nº10 de 05 de Julho de 2002 (Alteração da CGPC nº05)
- Campanhole - CLPS - Consolidação das Leis da Previdência Social - 43ª edição 1988

A Nova Legislação da Previdência Complementar - Ministério da Previdência Social - MPAS - 2002

Tributação de Fundos de Pensão - Fábio Junqueira de Carvalho e Maria Inês Murgel 2007

Manual de Direito Previdenciário - Carlos Alberto Pereira de Castro e João Batista Lazzari 5º edição Maio de 2004

Calculo Financeiro das tesourarias - José Roberto Securato - 3ª edição - 2005

Fipecafi - Manual de Contabilidade das Sociedades por ações 5ª edição - Sérgio de Iudícibus - Eliseu Martins e Ernesto Rubens Gelbcke

Contabilidade Governamental - Lino Martins da Silva - 4ª edição

30 anos de história da previdência complementar no Brasil - SPC

Curso de Contabilidade Gerenciada através dos planos de benefícios - Ilacir Alves do Valle - ABRAPP e ANCEPP

Enciclopédia Contábil e Comercial Brasileira - Antonio Calderelli - 1999

Internet - Previdência - Clipping de Notícias (Diário) Sistema de Previdência Complementar

Boletim IOB - semanal